



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Ana Lúcia Trindade de Souza

**Entre estórias e a história: contribuições de Lima Barreto para o debate de  
Políticas Públicas no Brasil em saúde mental**

Rio de Janeiro

2024

Ana Lúcia Trindade de Souza

**Entre estórias e a história: contribuições de Lima Barreto para o debate de Políticas  
Públicas no Brasil em saúde mental**

Dissertação apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia Social, da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S729

Souza, Ana Lúcia Trindade.

Entre estórias e a história: contribuições de Lima Barreto para o debate de Políticas Públicas no Brasil em saúde mental / Ana Lúcia Trindade de Souza. – 2023.

66 f.

Orientadora: Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Instituto de Psicologia.

1. Psicologia social – Teses. 2. Políticas públicas – Brasil – Teses. 3. Barreto, Lima, 1881-1922 - Crítica e interpretação – Teses. I. Feijoo, Ana Maria Lopez Calvo de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

bs

CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Ana Lúcia Trindade de Souza

**Entre estórias e a história: contribuições de Lima Barreto para o debate de Políticas  
Públicas no Brasil em saúde mental**

Dissertação apresentada, como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre, ao Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia Social, da  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 05 de março de 2024.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ana Maria Lopez Calvo de Feijoo (Orientadora)  
Instituto de Psicologia - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Jimena de Garay Hernandez  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Myrian Moreira Protasio  
Instituto de Psicologia Fenomenológico-Existencial do Rio de Janeiro – IFEN

Rio de  
Janeiro 2024

Aos meus pais (*in memoriam*)

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus por ter me permitido concluir mais um projeto da minha vida. Ao meu querido esposo Aldir, por todo apoio e incentivo e por não deixar eu desistir diante das dificuldades.

Aos meus queridos amigos e amigas, Gilda, Márcia, Vitor e Jairo por todo auxílio, força e compreensão durante a realização deste trabalho.

Às minhas companheiras de pós-graduação que também compartilharam comigo angústias, inseguranças e anseios.

Aos meus irmãos, mesmo aqueles que não estão mais presentes, que sempre me apoiaram.

Em especial, à minha professora e orientadora Ana Maria Lopes Calvo de Feijoo, pela generosidade, pela paciência e por me incentivar e me mostrar novas possibilidades.

Agradeço à banca examinadora, pelo interesse, auxílio e disponibilidade.

A Lima Barreto por me inspirar com as suas narrativas inquietantes.

Ainda agradeço a todos aqueles que me ajudaram de diferentes modos a concluir esse projeto.

LIMA BARRETO: O BELO MENINO MULATO

(Márcio Amaral)<sup>1</sup>

“LIMA BARRETO...

O NOSSO BLOCO, eu te prometo,

Vai brilhar nessa avenida

Louvando o teu grande talento,

Gênio da raça,

Feriu o orgulho dos pernósticos

Que lhe deram um diagnóstico

Tentando toldar a sua luz

AHH! Nunca traiu sua consciência

Nem aceitou submissão

Sua pena bateu sem complacência

Sob os abusos do Barão

Mas a tarefa se mostrou grande demais...

Como “POLICARPO...” só na morte teve paz.

Foi internado no hospício de Pedro II

Mas Mesmo de lá seguiu fustigando esse mundo

Que os endinheirados vivem puxando para trás...

Mas a sua morte foi um novo nascimento...

LIMA tá aqui nesse momento

E o poder da sua obra tá crescendo mais e mais.

REFRÃO

Vamos cantar as travessuras

De um belo menino mulato

Seu brilho na literatura

Pra muito branco é desacato.

Buscando aquele humor cortante

Que ele usou mais de uma vez

Contra quem se faz de importante

Fingindo que fala JAVANÊS”

1. Samba composto pelo Prof. Dr. Márcio Amaral, professor do Instituto de Psiquiatria da UFRJ, apresentado no evento em homenagem ao centenário da morte de Lima Barreto no IPUB/UFRJ no dia 01 de novembro de 2022.

## RESUMO

SOUZA, Ana Lúcia Trindade de. *Entre estórias e a história: contribuições de Lima Barreto para o debate de Políticas Públicas no Brasil em saúde mental*. 2024. 66 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Este estudo busca analisar como as denúncias sobre as desigualdades sociais e raciais tecidas por Afonso Henriques de Lima Barreto (1881- 1922) podem contribuir para potencializar o debate acerca da implementação de Políticas Públicas no Brasil. Sob a lente do colonizado, Lima Barreto lançou luz sobre questões importantes para compreender as diversas formas de preconceitos que se apoiam mutuamente privando grande parte da população de direitos fundamentais. As narrativas barretianas desvelam os problemas de uma sociedade orientada por uma cultura eurocêntrica, auxiliando-nos a refletir sobre os paradigmas de pensamentos científicos do período de transição do Império para a República e pós- abolição. Nesse contexto, a obra desse escritor carioca traz importantes contribuições para as discussões em torno de questões sociais, políticas, culturais e raciais do Brasil, levando-nos a refletir sobre como a raça, classe e gênero posicionam as pessoas de forma diferente no mundo. Além da grande importância de Lima Barreto para o cenário cultural do país, sua obra torna-se também de grande importância nos estudos do campo da saúde mental e das políticas públicas, visto que, além de ser um observador crítico dos costumes de sua época, esteve internado duas vezes no hospital de alienados do Rio de Janeiro deixando-nos um rico material de pesquisa no campo da saúde mental nos livros *Diário do Hospício* e *Cemitério dos Vivos*.

Desse modo, intenciona-se mostrar um pouco do contexto histórico do surgimento das políticas médicas manicomiais no início do século XX e analisar em narrativas barretianas as denúncias que já explicitavam a necessidade de se pensar em políticas sociais que pudessem garantir condições de vida digna para as pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Lima Barreto; marcadores sociais de exclusão; saúde mental; políticas públicas; modos plurais da existência.



## ABSTRACT

SOUZA, Ana Lúcia Trindade de. *Between stories and the history: Lima Barreto's Contributions to the debate on Public Policies in Brazil mental health*. 2024. 66 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

This study seeks to analyze how the denunciations made by Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) can contribute to enhance the debate about the implementation of Public Policies in Brazil. Through the lens of the colonized, Lima Barreto sheds light on important issues for understanding the various forms of prejudice that support one another depriving a large part of the population on their fundamental rights. Barretian's narratives unveil the problems of a society guided by a Eurocentric culture, helping us to reflect on the paradigms of scientific thought of the period of transition from the Empire to the Republic and post-abolition. In this context, the work of this writer from Rio de Janeiro brings important contributions to the discussions around social, political, cultural and racial issues in Brazil, leading us to reflect on how topics such as race, class, and gender place people differently in the world. In addition to Lima Barreto's great importance to the country's cultural scene, his work is also of great importance in studies in the field of mental health and public policies, since, besides being a critical observer of the customs of his time, he was hospitalized twice in the hospital for the insane in Rio de Janeiro, leaving us a wealth of research material in the field of mental health in the books *Diário do Hospício e Cemitério dos Vivos*.

Thus, it is intended to show a little of the historical context of the emergence of asylum medical policies at the beginning of the twentieth century and to analyze in Barretian's narratives the denunciations that already made explicit the demand to think about social policies that could guarantee dignified living conditions for people who were in situation of social vulnerability.

Key words: Lima Barreto; social discourse markers of exclusions; mental health; public policies; plural modes of existence.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1</b>	<b>O SUBVERSIVO LIMA BARRETO : Breve resumo da vida e obra .....</b>	<b>17</b>
1.1	<b>Novo regime, velhos hábitos: o período pós-abolição e pós-república.....</b>	<b>26</b>
1.1.1	<u>O pensamento eugenista no Brasil.....</u>	<b>28</b>
1.2	<b>O subúrbio carioca: o Rio de Janeiro de Lima Barreto.....</b>	<b>33</b>
1.3.	<b>Entre a lucidez e a loucura .....</b>	<b>30</b>
1.3.1.	<u>A narrativa inquietante de Lima Barreto: " O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá? .....</u>	<b>38</b>
<b>2</b>	<b>SAÚDE MENTAL, PSICOLOGIA SOCIAL E POLITICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>45</b>
2.1	<b>O início da medicalização da loucura: um pouco sobre a reforma psiquiátrica brasileira .....</b>	<b>45</b>
2.2	<b>Psicologia Social e Políticas Públicas: o contexto de surgimento de políticas sociais .....</b>	<b>48</b>
2.3	<b>A multidisciplinaridade no campo da saúde mental .....</b>	<b>53</b>
<b>3</b>	<b>MARCADORES DE EXCLUSÃO EM LIMA BARRETO .....</b>	<b>54</b>
3.1	<b>A interseccionalidade na obra barretiana .....</b>	<b>54</b>
3.2	<b>O signo da decolonialidade na escrita de Lima Barreto .....</b>	<b>57</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS:.....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

O processo da vida devia ser outro. Se fosse de doçura, de bondade, talvez a humanidade depurasse[?]. (BARRETO, 2021, p.561)

No início do século XX, o Brasil passava por várias mudanças nos campos político, econômico e cultural. A abolição da escravatura e a mudança de regime trouxeram muitas inquietações para o cenário político e cultural do país no final do século XIX (SCHWARCZ, 2017). Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assina a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil e em 15 de novembro de 1889 é proclamada a República. Esses dois momentos importantes da história encheram a população de esperança por dias melhores, principalmente aqueles que foram escravizados por mais de 300 anos. No entanto, em pouco tempo, a esperança começa a se esvair na medida em que não são implementadas políticas sociais que assegurem uma melhoria da qualidade de vida para todos os cidadãos brasileiros. É nesse contexto histórico que surge, como forma de denúncia, a obra de Afonso Henriques de Lima Barreto.

Apesar da mudança de regime e da abolição, poucas coisas mudariam, principalmente em relação à população subalternizada, relegada à sua própria “sorte” após o direito à “liberdade”. Como disse Machado de Assis (1997, p.162): “Nada se mudaria; o regime sim, era possível, mas também se muda de roupa sem se trocar de pele.”. Lima dizia que a noção de progresso e seus desdobramentos assumiam aqui uma outra conotação, o autor questionava a quem se beneficiaria com esse progresso. Como apresentado por Leitão (2006), nesse momento de transição, o Rio de Janeiro passava por várias transformações com a idealização de transformar-se numa Paris dos trópicos, era a *Belle Époque* carioca, a qual reforçava os modelos europeus, deixando de lado as necessidades reais e a diversidade daqueles que aqui viviam.

Eram, de fato, anos agitados e febris, que os artistas não poderiam mais captar com a frieza e distanciamento de outras épocas. Já não havia mais lugar para a elegante ironia na investigação das mazelas humanas, a que se habituara o leitor de Machado. No entanto, os que ocupam o seu lugar nos meios literários, após a sua morte em 1908, pouco tinham aprendido com o mestre. Poetas e prosadores da chamada *Belle Époque*, cultores da “arte pela arte” e servos fiéis dos modelos europeus de criação estética, promovem o completo esvaziamento da herança machadiana. Com a geração apelidada de “sorriso da sociedade”, impõe-se o formalismo na literatura brasileira: professa-se um distanciamento sem crítica social, uma serenidade aristocrática e o intimismo à sombra do poder termina por se revestir de uma nova fórmula – a “artisticidade...”. (LEITÃO, 2006, p.42)

Lima Barreto, autor carioca, foi tomado por críticos literários da sua época, entre os quais destacavam-se Coelho Neto, Alcides Maia e José Veríssimo (BARBOSA, 2017), como ressentido, pessimista, por vezes contraditório, avesso ao progresso. Para os críticos, sua obra

pecava pelo excesso de personalismo (BARBOSA, 2017). Críticas foram feitas pela sua atitude contestatória e por não seguir o modismo da época, confrontando os discursos de verdades e modelos hegemônicos de pensamento, os quais serviam de base para discursos e práticas coloniais, racistas e segregadoras. As narrativas de Lima Barreto ousaram desacomodar as forças conservadoras de uma sociedade que, conforme o próprio autor dizia, era hipócrita, preconceituosa e ávida por privilégios. Ir buscar em Lima Barreto contribuições para o debate sobre Políticas Públicas, principalmente no campo da saúde mental, se dá também pelo fato de ter sido internado duas vezes em um hospital psiquiátrico e trazer reflexões e relatos que ajudam a compreender a perspectiva daquele que se encontra enclausurado, despojado de voz, sem escuta e sem seus direitos garantidos. Seus textos (contos, crônicas e romance) apresentam inúmeras contribuições para compreender os regimes de verdade que ainda norteiam o debate sobre as questões raciais, sociais, políticas e culturais do país.

Nascido no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1881, sete anos antes da abolição, o autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, neto de escravizados<sup>1</sup> e afilhado de um monarquista, o Visconde de Ouro Preto, teve sua vida marcada por contradições e ratificava com as suas narrativas aquilo que considerava a função primordial da Literatura: a denúncia social. Com a sua literatura militante ou de resistência, o escritor tinha grande preocupação com o debate dos problemas sociais da época. Para ele, a literatura era a expressão de um momento da sociedade, da qual não poderia permanecer desligada. Desse modo, foi considerada militante porque promoveu uma ruptura dos modelos vigentes, enfatizando o papel social da arte literária e, de resistência por resistir à rotina de alienação e por utilizá-la como um dispositivo de luta contra as formas de opressão existentes na sociedade. Mesclando ficção e dados autobiográficos, mostrou-se sempre preocupado com as questões sociopolíticas de seu tempo, denunciando as injustiças e o preconceito existentes na sociedade.

Para Lima Barreto a literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as ideias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isto, porque no seu modo de entender ela tem a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar a sua convivência.

Assim, talvez o Lima Barreto mais típico seja o que funde problemas pessoais com problemas sociais, preferindo os que são ao mesmo tempo uma coisa e outra - como por exemplo, a pobreza, que dilacera o indivíduo, mas é devida à organização defeituosa da sociedade; ou o preconceito, traduzido em angústia, mas decorrendo das normas e interesses dos grupos. E por aí fora. (CÂNDIDO, 1987, p.39)

---

<sup>1</sup> O termo “escravizado” é usado como forma de marcar que as pessoas não eram naturalmente “escravas”, mas passaram por um processo ativo de escravização.

Sua obra é marcada pela crítica aos costumes de uma sociedade que fecha os olhos para a sua realidade e olha para a Europa. Suas críticas contundentes aos costumes políticos da Primeira República (1889-1930) e ao pensamento eurocêntrico que dominavam o cenário político e intelectual da época fez da sua literatura um instrumento de guerra (DIAS, 2014). Apesar das frustrações e decepções ao longo da vida, Lima não desistiu de denunciar em suas obras várias mazelas da sociedade brasileira, assim como, a corrupção, o racismo, o preconceito social e o lugar reservado à mulher na sociedade. Desse modo, suas narrativas, apesar de escritas há mais de 100 anos, tratam de temas ainda atuais e podem servir como inspiração e auxílio para a elaboração de políticas sociais que possam garantir o direito de viver com dignidade a todos os indivíduos sem exceção.

Devido ao valor histórico e à relevância de sua obra para o debate sobre políticas sociais é que resolveu-se encarar o desafio de buscar na Literatura bases para uma pesquisa em Psicologia Social. O diálogo entre Literatura e Psicologia torna-se potente na medida em que a literatura fomenta o pensamento, levando à reflexão sobre padrões de comportamentos naturalizados. Sair desse pensamento é importante para a prática de uma psicologia que se proponha a pensar na multiplicidade, visto que a literatura não fecha a existência humana em categorias, diagnósticos ou estereótipos. A arte literária abre a nossa escuta e a sensibilidade, nos colocando junto às experiências de forma mais sensível, lançando um olhar crítico frente ao modo como a ciência lida com os diferentes modos de existir (FEIJOO, 2017).

Nesta perspectiva, estabelecer um diálogo entre a psicologia e a literatura é fundamental para aproximar o estudo do fenômeno à própria experiência, já que a literatura não dita como as coisas devem ser, ela suspende as determinações do mundo, abrindo novas possibilidades. Na observação dos fenômenos sociais e como esses fatos afetam os indivíduos de diferentes formas, a literatura coloca por terra as verdades tomadas como atemporais e universais. Conforme Cândido (1995), é na literatura que estão as verdades de uma condição humana, possibilitando ao ser humano uma reavaliação da postura que assume a partir do momento em que vê seus costumes retratados. A arte literária retrata os sentimentos humanos e as diversas formas de relação do ser humano. Sendo assim, a literatura pode tornar-se um dispositivo de desmascaramento de cenários que violam a garantia de direitos humanos, à medida que denuncia as situações de negação e de restrição de direitos, abrindo espaço para reflexão sobre diversas questões humanas.

Os conteúdos abordados por Lima Barreto estão presentes nos temas ainda muito debatidos por aqueles que se debruçam na elaboração de políticas públicas e suas práticas. Seus

escritos desvelam os problemas de uma sociedade orientada por uma cultura eurocêntrica carregada de marcas autoritárias que hierarquiza as relações de saber e subjuga aqueles considerados inferiores. Lima Barreto foi um crítico social, um observador dos modos e costumes de uma sociedade, que fechava seus olhos para a sua realidade e deslumbrava-se pela Europa. É com esse olhar crítico, sem véus que possam encobrir essa realidade, que a obra de Lima Barreto nos auxilia a pensar na necessidade de olharmos para um Brasil mais próximo da sua realidade, com toda a sua diversidade, ressaltando em seus escritos a imprescindibilidade de um novo olhar sobre os modelos impostos, a fim de romper com a memória de submissão colonial e desconstruir a visão etnocentrista da cultura europeia.

Vale lembrar que Lima não foi o único autor negro de sua época, mas foi o primeiro a trazer a condição da população negra após a abolição e a apontar para a ausência de medidas políticas que pudessem dar condições mínimas de dignidade humana para uma população excluída de quaisquer direitos humanos durante o período da escravidão, consoante Schwarcz (2017). Seus personagens são os homens negros, os mestiços, as mulheres negras, os periféricos, os considerados loucos. Em sua obra, ficção e realidade mesclam-se, tornando de grande importância não só para a literatura, mas também para outros campos do saber, assim como a história, sociologia, psicologia e outros.

O romancista carioca tirou da ordem do naturalmente dado, reforçado pelo pensamento colonial, os conceitos e discursos de verdade que excluem e inferiorizam grande parte da população brasileira, garantindo privilégios apenas àqueles considerados “merecedores” de todos os direitos. Seus escritos, sejam em forma de relatos, de reflexões, testemunhos ou desabafos, ilustram, a angústia que sentia diante dos problemas sociais que lhe atravessavam. Levantando-se contra o conformismo e o burguesismo, denunciando as discontinuidades de seu tempo, Lima Barreto lutou contra a alienação e a submissão impostas pelos modelos de produção vigentes na sociedade no início do século XX.

Embora tivesse nome de rei, Afonso Henriques de Lima Barreto conheceu bem o que é viver entre aqueles que foram excluídos dos projetos de progresso de uma nação, não deixando ser cooptado pelo sistema dominante, denunciando as mazelas sociais de seu momento histórico. Mesmo tendo morrido precocemente aos 41 anos de idade, deixou-nos uma vasta obra, que até os dias atuais, ainda nos surpreende pela atualidade dos assuntos discutidos em seus romances, contos e crônicas. O escritor alertava a todos sobre o perigo de uma visão acrítica sobre a realidade e sobre a necessidade de uma literatura engajada na luta por direitos humanos.

Conforme Resende (2022), em primeiro de novembro de 1922, ocorreu a primeira morte do escritor, a morte do corpo. A segunda morte ocorreria na década de 30 com o esquecimento ou ocultamento de sua obra, principalmente devido ao momento histórico pelo qual passava o Brasil com o avanço de ideias eugenistas e de um nacionalismo exagerado durante a primeira Era Vargas. Na década de 50, através das pesquisas do historiador Francisco de Assis Barbosa, a obra de Lima Barreto renasce, ressaltando a importância desse autor para o debate de problemas sociais que até hoje afetam negativamente o cotidiano de grupos marginalizados e impactam na precarização da qualidade de vida dessa população. As críticas e observações tecidas por Lima Barreto cruzaram os limites de seu tempo e o seu legado propicia um intenso debate sobre as contrariedades sociais e políticas do Brasil e, além disso, propõe uma ruptura com modos de pensar opressores e excludentes.

Como já foi dito, na década de 30, ganhava força no Brasil, o pensamento eugênico - o qual defendia a crença de que os seres humanos eram divididos em raças e de que haveria uma hierarquia entre elas, estando o homem branco no topo da espécie humana. Partindo desse ponto de vista, a miscigenação seria então uma mácula, um perigo que deveria ser evitado (RESENDE, 2022). Lima Barreto já havia salientado em suas narrativas para o perigo e implicações desse tipo de pensamento, dando relevo em sua obra à importância de lutar contra o racismo e todos os preconceitos que sempre segregaram grande parte do povo brasileiro. Tomar como base a obra de Lima Barreto implica em dar potência a todos aqueles que se preocupam em construir um país mais justo e inclusivo, não dando somente voz àqueles que sempre foram e ainda são excluídos do progresso social, mas principalmente dar escuta a essas vozes que sempre foram silenciadas.

Partindo do exposto, o trabalho tem como objetivo principal buscar nas narrativas de Lima Barreto as denúncias que já mostravam a necessidade de se pensar em políticas sociais que pudessem garantir condições de vida digna para as pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade e marginalização e como essas denúncias são importantes para se pensar em políticas públicas nos dias atuais. Pretende-se, então, investigar de que modo a leitura de Lima Barreto pode contribuir para potencializar interseções e ações em Políticas Públicas.

Conforme Augusto (1989), o sentido corrente atribuído à expressão política pública refere-se à intervenção estatal em várias dimensões da vida social. Pode-se definir políticas públicas como um grupo de ações que tenham como objetivo garantir o bem-estar da população, visando a uma melhoria da qualidade de vida. Ter direito à saúde, à educação, lazer, moradia digna, água potável etc., tudo isso está na base para a garantia de direitos humanos. Pensar em

Políticas Públicas é pensar em ações que garantam uma vida digna para todos, sem exceções ou hierarquizações, além de avaliar como a ausência dessas políticas impacta diretamente na vida dos indivíduos, levando à precarização da vida. Segundo Augusto (1989), embora o debate em torno das Políticas Públicas no Brasil tenha tomado força a partir da década de 1970, pode-se dizer que a preocupação com a necessidade de se criar políticas que garantam qualidade de vida para toda a população já aparece em forma de críticas e denúncias nas crônicas e romances de Lima Barreto.

Na obra barretiana observa-se uma denúncia das violências dirigidas aos mais vulneráveis: à população negra, às mulheres, aos pobres, aos “loucos” e como os marcadores sociais da diferença raça, classe, gênero e território estão na base de diversos sistemas de opressão. Suas denúncias apontam para a necessidade de não só um olhar, mas também de uma escuta atenta para abusos e violências praticados, de forma naturalizada, ancorados pelo pensamento colonial, com a população mais vulnerável e marginalizada. Desse modo, pode-se dizer que Lima Barreto antecipava, através de seus escritos, a importância de se criar estratégias que garantissem a dignidade de vida para toda a população, o que atualmente denomina-se Políticas Públicas.

Com a finalidade de mostrar como as reflexões de Lima Barreto podem contribuir para o debate sobre políticas públicas, o trabalho pretende percorrer o seguinte caminho: no primeiro capítulo será feito um resumo da vida e obra de Lima Barreto, mostrando como sua vida e obra se entrecruzam. As denúncias já contidas em seus textos à política, à corrupção, à ciência e ao pensamento eurocêntrico, sobre o qual estavam ancoradas as teorias eugenistas da época, retratam um país excludente e preconceituoso. Além disso, intenciona-se analisar, partindo do contexto histórico da obra de Lima Barreto, o período da Primeira República, os marcadores sociais, como raça, gênero e classe social que estavam na base de discursos científicos, literários e políticos da época. Acima de tudo, intenciona-se mostrar um pouco da história das políticas médicas manicomiais do início do século XX, às quais o autor, no lugar do alienado, fomenta diversas reflexões sobre o poder da ciência médica.

O escritor carioca já trazia em seus textos uma discussão sobre os efeitos da escravidão e do pensamento eurocêntrico que exclui e subjuga aqueles considerados inferiores. Lima despreendeu-se da lógica de um único mundo possível, lutando pelo direito à diferença, tentando alertar-nos sobre modos de pensar que naturalizam a opressão, a violência e o preconceito. Em diálogo com a obra *Cemitério dos vivos*, obra ficcional em que sua vida e obra misturam-se, livro escrito após sua segunda internação no Hospital de Alienados do Rio de Janeiro, trazendo



à luz, na visão do alienado, o pensamento da ciência da época, a relação médico-paciente e a necessidade de se pensar em políticas públicas que dê escuta àqueles que se encontram em sofrimento psíquico. Lima, com uma visão à frente do seu tempo, adverte-nos para a importância de criar políticas sociais que não reforcem os modelos hegemônicos vigentes, não fechem o ser em categorias, em diagnósticos, já apontando para a necessidade de construção e implementação de políticas públicas na área de saúde mental, ou seja, o autor abordou questões que começaram a ser debatidas bem mais tarde, como as políticas antimanicomiais e anticapacitistas.<sup>2</sup> No que se refere a essas questões, o autor trouxe reflexões sobre o que é ser/estar doente na nossa sociedade, ajudando-nos a refletir sobre os estigmas da “doença” mental e a importância de combater os binarismos (normal x louco; doença x saúde, médico x paciente etc.), os quais não reconhecem a pluralidade das existências e aprisionam os indivíduos em estereótipos e estigmas.

No segundo capítulo, pretende-se tecer breves considerações sobre o contexto do surgimento da psicologia social no Brasil e das políticas sociais que vislumbram a garantia de direitos fundamentais para a toda a população brasileira. Neste capítulo, objetiva-se, partindo dos conteúdos já levantados por Lima Barreto, tais como racismo, a doença mental e as desigualdades sociais, tecer reflexões sobre a implementação de políticas públicas e suas práticas, mostrando, com base na obra barretianas um Brasil com suas marcas de autoritarismo. Também neste capítulo, será abordada também um pouco sobre a reforma psiquiátrica no Brasil e as contribuições de Lima Barreto para se pensar políticas públicas sobre saúde mental e o poder da medicina sobre os corpos vulnerabilizados.

No terceiro capítulo, em diálogo com textos do sociólogo Aníbal Quijano e do semiólogo Walter Mignolo, buscar-se-á mostrar como a estética de Lima Barreto aproxima-se do signo da decolonialidade, à proporção que intenciona desconstruir pensamentos hegemônicos. Lima desprende-se da lógica de um único mundo possível, lutando pelo direito à diferença, tentando alertar-nos sobre modos de pensar que naturalizam a opressão, a violência, o preconceito e as estruturas desiguais de poder que perpetuam desigualdades históricas e culturais. Intenciona-se mostrar que corpos colonizados foram e ainda são submetidos a diversos tipos de violência, assim como o epistemicídio, termo cunhado pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos na década de 2000. O epistemicídio refere-se ao

---

<sup>2</sup> Política antimanicomial e anticapacitista: A primeira refere-se a práticas que combatem a estigmatização dos usuários de saúde mental. As políticas anticapacitistas são aquelas que combatem o binarismo norma/padrão, valorizando práticas emancipatórias que valorizam a diversidade das singularidades humanas.

apagamento das culturas, dos saberes e dos costumes dos povos colonizados, forjados nas rígidas linhas coloniais, criando formas de dominação opressoras e excludentes.

Ainda no terceiro capítulo, partindo das questões levantadas por Lima Barreto, será discutido o conceito de interseccionalidade, a fim de observar como os diferentes marcadores sociais (raça, gênero, classe social, território etc.) atravessam os sujeitos e os posicionam de forma diferente no mundo, sendo impossível pensar separar o indivíduo do social. Apesar de todos esses conceitos serem tão atuais, pode-se dizer que Lima já trazia esses temas para debate em forma de denúncia, de relato, de observações, que até os dias atuais são imprescindíveis para entender não só os modos de pensar de seu contexto histórico, mas também os problemas sociais que ainda persistem em nossa sociedade. Por isso, é importante dar escuta a essa voz que foi silenciada na sua época, a fim de que políticas públicas possam ser pensadas dando escuta também àqueles a que essas ações são dirigidas e não excluindo-os de todo processo de elaboração, criando muitas vezes políticas distantes ou ineficazes que não consideram a realidade dos indivíduos. Optou-se por percorrer este caminho devido ao fato de o primeiro e segundo capítulos dialogarem mais especificamente com as obras *Diário do hospício* e *Cemitério Vivos*, trazendo para debate e reflexão a questão da loucura presente na vida e na obra do autor. Já no terceiro capítulo, pretende-se trazer os marcadores de exclusão interseccionais presentes também na obra barretiana, assim como no romance *Clara dos Anjos*.

Buscou-se o diálogo com a obra de Lima Barreto, uma vez que é relevante para a psicologia estabelecer um diálogo com outros campos do saber, tal como a Literatura, a fim de procurar compreender melhor os mecanismos ocultos por trás dos ponteiros (SCHWARZ, 1981). Evocar Lima Barreto possibilita ver a história através das histórias, por outras lentes, pelo olhar daquele que ousou transgredir os padrões impostos, pelo olhar do mestiço, do periférico, do “louco”; isto é, aquele que mesclou ficção e realidade, partindo das lentes do colonizado. Entretanto, não desistiu da sua arte, resistiu e mostra-se tão presente até hoje entre nós.

## 1. O subversivo Lima Barreto: breve resumo da vida e obra

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho 22 anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro escreverei a *História da escravidão negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade. (BARRETO, 2021, p.458)

Neste capítulo pretende-se trazer um resumo da vida e obra de Lima Barreto, destacando o seu momento histórico e as implicações da Proclamação da República, a abolição da escravatura e reflexões acerca da questão da loucura que desde cedo esteve presente na vida do autor.

Conforme Francisco de Assis Barbosa (2017, p.323), “a literatura era para Lima Barreto a sua paixão, a sua razão de existir, sua preocupação constante era o destino da literatura”. Lima Barreto considerava a literatura como uma espécie de religião, acreditava que a arte literária era a única força capaz de levar a compreensão a todos os homens. Por intermédio da arte, o homem poderia se libertar dos preceitos e preconceitos de seu tempo para alcançar a vida total do Universo e incorporar a sua vida na do mundo. Sentia uma inquietação por ver e observar as coisas mais insignificantes, tinha uma vaga certeza que iria ver coisas novas ou descobrir alguma coisa. Conforme Cândido (1985, p.20): “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.” Nesse sentido, a arte literária mostra a experiência tal qual ela é, através da estória mostra como a experiência se dá e não o que ela é. Dessa forma, com seu papel humanizador, pode nos auxiliares na melhor compreensão do mundo e da sociedade na medida em que retrata os costumes de uma época.

Filho de pais mestiços e neto de escravizados, o escritor vivenciou desde cedo as injustiças e preconceitos dirigidos àqueles considerados “inferiores”. Seu pai, João Henriques de Lima Barreto, era tipógrafo da Imprensa Nacional e sua mãe Amália Augusta, professora primária. O casal teve quatro filhos, Afonso, o primogênito, Carlindo, Evangelina e Eliézer. Antes de completar sete anos de idade, o futuro escritor e jornalista ficou órfão da figura materna, a qual o introduziu no universo das letras. De acordo com a biografia escrita por Francisco de Assis Barbosa (2017), a morte da mãe desceu como uma sombra no coração do filho mais velho. Logo após a morte da mãe, quando foi acusado de furto injustamente, relata que pela primeira vez sentiu vontade de se matar.

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos 7 anos, logo depois da morte de minha mãe, quando eu fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu sentia injustiça da vida, a dor que ela envolve, a

incompreensão da minha delicadeza, do meu natural doce e terno; e daí também comecei a respeitar supersticiosamente a honestidade, de modo que as mínimas coisas me parecem grandes crimes e eu fico abalado e sacolejante. Deu-me esse acontecimento, conjuntamente como a vida naturalmente seca e árida dos colégios, uma tristeza sem motivo, que é fundo de quadro, mas pelo qual passam bacantes em estertores de grande festa. Outra vez que essa vontade me veio foi aos 11 anos ou 12, quando fugir do colégio. Armei um laço numa árvore lá no sítio da ilha, mas não me sobrou coragem para me atirar no vazio com ele ao pescoço. Nesse tempo, eu me acreditava inteligente que era talvez isso que me fazia ter medo de dar fim a mim mesmo.

Hoje, quando essa triste vontade me vem, já não é o sentimento da minha inteligência que me impede de consumir o ato: é o hábito de viver, é a covardia, é a minha natureza débil e esperançada.

Há dias que essa vontade me acompanha; há dias que ela me vê dormir e me saúda ao acordar. Estou com 27 anos, tendo feito uma porção de bobagens, sem saber positivamente nada; ignorando se tem qualidades naturais, escrevendo em explosões: sem dinheiro, sem família, carregado de dificuldades e responsabilidades.

Mas de tudo isso, o que mais me amola é sentir que não sou inteligente. Mulato, desorganizado, incompreensível e incompreendido, era a única coisa que me encheria de satisfação, ser inteligente, muito e muito! A humanidade vive da inteligência, pela inteligência e para a inteligência, e eu, inteligente, entraria por força na humanidade, isto é, na grande humanidade de que quer fazer parte.

(...)

É por isso que me dá gana de matar-me; mas a coragem me falta e me parece que é isso que me tem faltado sempre. (BARRETO, 2021, p.550)

Durante a infância e a adolescência reagiria com violência e tristeza perante as injustiças do mundo e as incompreensões das pessoas. Pobre, mestiço de cor azeitonada, sem o carinho da mãe, foi se tornando taciturno, foi tachado de esquisito por aqueles que não compreendiam o seu modo de ser, porém sempre fora inquieto em relação às questões da vida. Aos sete anos assistiu aos festejos da abolição, encheu-se de esperança, mas depois foi só desilusão, nada mudara, o regime sim, conforme dissera Machado de Assis no livro *Esau e Jacó*. Nunca tinha visto tanta alegria como naquele dia de sol de 13 de maio de 1888 (BARBOSA, 2017).

Houve sol, e grande sol, naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também eu entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio. Verdadeiramente, foi o único dia de delírio público que me lembro ter visto. (ASSIS, 1893)<sup>3</sup>.

Após a Proclamação da República, devido ao pai de Lima Barreto perder o emprego, em 1891 a família passa a residir na Ilha do governador, quando o pai João Henriques se torna almoxarife da Colônia de Alienados na Ilha do Governador. Nesta época, a Ilha do Governador era um lugar ainda rural e de difícil acesso, mas que o menino Lima adorava. Aluno do Liceu de Niterói, graças à bolsa que recebera devido ao fato de ser afilhado do Visconde de Ouro Preto, passou a ir para sua casa somente aos finais de semana, passando assim a sentir falta do

<sup>3</sup> Machado de Assis, *A semana*, 14 de maio, de 1893

convívio familiar. A Ilha, com toda a sua vegetação, era como um paraíso para Lima Barreto, viveu dias felizes no lugar, brincava com seus irmãos, caçava, nadava, adorava os animais. Os laços, as arapucas e o banho de mar faziam-lhe bem, entretanto não impedia de deixá-lo esquecer do sacrifício da gente humilde e da indiferença dos poderosos. Ficava perplexo diante das incoerências da vida, das injustiças, do preconceito etc. (BARBOSA, 2017)

Vale salientar que, apesar de sua obra ter ficado no obscurantismo após a sua morte, em 1952, Francisco de Assis Barbosa escreve a primeira bibliografia de Lima Barreto. Em 2017, Lilia Moritz Schwarcz escreve a segunda biografia do autor. A primeira, de Francisco Barbosa, foi de fundamental importância para tirar o autor do esquecimento, marcando um processo de renascimento da sua obra (QUEIROZ, 2017). Francisco Barbosa contou com o auxílio da sua família, principalmente da irmã de Lima, D. Evangelina e editou vários livros do autor que estavam manuscritos, entre eles *Diário Íntimo*, *Diário de um hospício* e *Cemitério dos Vivos*. A segunda biografia, de Lilia M. Schwarcz, explora as questões raciais como marcador de diferença no Brasil pós-república, mostrando como foi a vida de um intelectual negro após a abolição e a Proclamação da República (QUEIROZ, 2017).

Além de todas as questões sociais que denuncia em suas narrativas, o que a literatura de Lima Barreto propõe é uma reflexão sobre a diversidade do povo brasileiro e sobre os diferentes modos de existir do ser humano. Era um observador de costumes, gostava de andar pelas ruas do Rio de Janeiro, pelo subúrbio carioca, andava no trem da central observando os tipos que ali circulavam. Em 1902, aos 21 anos de idade, o pai de Barreto adoece de forma repentina e tudo começa a mudar na vida do escritor e jornalista. Larga a faculdade de engenharia e faz concurso para amanuense da Secretaria de Guerra. Sentia angústia diante das dificuldades financeiras da família, sentia medo de não conseguir sustentá-la. Temia pelo futuro do pai, o qual dedicou sua vida ao trabalho e ao cuidado dos filhos.

Perdi a esperança de curar meu pai! Coitado, não lhe afrouxa a mania que, cada vez mais, é uma só, não varia: vai ser preso; a polícia matá-lo; se ele sair à rua, trucidam-no. Coitado, o seu delírio cristalizou-se, tomou forma. Pobre de meu pai! Uma vida cheia de trabalhos, de afanosos trabalhos, acabar assim nesse misterioso sofrimento que me compunge! (BARRETO, 2021, p.505)

Testemunhando a loucura paterna, mudando os rumos que idealizara para sua vida, conforme Leitão (2006), Lima começou a temer o seu próprio destino, percebendo-se relegado pelos doutores da academia e malquisto por políticos. Seus sonhos pareciam escorrer pelas mãos:

Tudo em sua vida é o avesso do avesso do avesso. Sua escritura, aparentemente desleixada, só veio a ser compreendida décadas mais tarde. Os contemporâneos, herdeiros do decadentismo formal dos parnasianos, não lhe compreendiam o

despojamento estilístico, o fraseado seco e incisivo, a assimilação quase inconsciente da sintaxe inerente ao gênio tropical do idioma (a “fala brasileira” que os modernistas depois adotariam). (...)

Os pares, os ímpares prezavam pompa e circunstância. Lima ignorava-as solenemente. Jamais cultivou uma concepção rígida e mecânica das coisas. (LEITÃO, 2006, p. 45)

Diante da nova configuração familiar, em que passou a ser o arrimo da família, precisava arrumar um emprego para libertá-lo da angústia em que vivia. Até este momento o álcool não entrava nos seus hábitos, mas talvez nessa hora de angústia e sofrimento tenha sentido vontade pela primeira vez de recorrer ao álcool (BARBOSA, 2017). Estava infeliz, assoberbado, preocupado, nos termos de Barbosa (2017, p.297), “estava cansado de sentir, queria um narcótico que fizesse descansar os nervos”, queria algo que o fizesse esquecer da desesperança que sentia. Mudaram-se da Ilha para Todos os Santos. Continuou escrevendo para jornais, criticava a política, o bota-abixo do Prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, o qual idealizava transformar a cidade do Rio de Janeiro em uma Paris Tropical. Lima Barreto não dizia nas entrelinhas, criticava diretamente, era subversivo, rebelde, não se calava, o que lhe causou muitos problemas no meio acadêmico (LEITÃO, 2006).

Lima passou por muitas frustrações, sofreu preconceitos. A literatura era a sua paixão, sua razão de viver, apesar de todas as dificuldades, desilusões e o problema com o álcool, contudo não parou de escrever. Escreveu mais de 400 crônicas, criou pseudônimos. Tinha vontade de escrever um livro sobre a escravidão no Brasil, dizia que gostaria de prestar um serviço à raça a qual pertencia.

Veio-me à ideia, ou antes, registro aqui uma ideia que me está perseguindo. Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia. Animará um drama sombrio, trágico e misterioso, como os do tempo da escravidão. (...)

Ah! Se eu alcanço realizar essa ideia, que glória também! Enorme extraordinária e-- quem sabe? \_\_ uma fama europeia.

Dirão que é o negrismo, que é um novo indianismo, e a proximidade simplesmente aparente das coisas turbará todos os espíritos em meu desfavor, e eu, pobre, sem fortes auxílios, com fracas amizades, como poderei viver perseguido, amargurado, debicado?

Mas...e a glória e o imenso serviço que prestarei a minha gente e a parte da raça a que pertenco. Tentarei e seguirei avante. "*Alea jacta est*".

Se eu conseguir ler esta nota, daqui a vinte anos, satisfeito, terei orgulho de viver!

Deus me ajude!

(BARRETO, 2021, p.504)

Em 1911, mesmo com muitas dificuldades financeiras, aos 30 anos, chega ao ponto mais alto de sua carreira, escreve *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Mas as dívidas, a loucura paterna, a tristeza que assombra a sua vida, influenciaram para que o escritor viesse a beber de

forma abusiva. Conforme Barbosa (2017), Lima tinha pressentimentos, pensava na morte do pai e sem dinheiro para enterrá-lo, vivia amedrontado, sem estímulo, o que transformou o menino sonhador em um adulto apreensivo e com sérios problemas com o álcool. O ano de 1911 foi um divisor de águas em sua vida: a desgraça doméstica (a doença do pai e a necessidade de torna-se o provedor da família), o complexo da cor, devido ao preconceito experienciado algumas vezes, o tédio da repartição, a falta de dinheiro, a mediocridade da vida literária, a sua incapacidade de adaptação a um mundo hostil, tudo isso encheu a alma do nosso romancista de muta tristeza e desânimo diante da vida.

O que me aborrece mais na vida é esta secretaria. Não é pelos companheiros, não é pelos diretores. É pela sua ambiência militar, onde me sinto deslocado e em contradição com a minha consciência.

Não posso suportá-la. É o meu pesadelo, é a minha angústia.

Tenho por ela um ódio, um nojo, uma repugnância que me acabrunha.

Queria ganhar menos, muito menos, mas não suportar aqueles generais do Haiti que, parece, comandaram ou vão comandar em Austerlitz.

Demais, o meu feitio é tão oposto àquela atmosfera de violência, de opressão, de bajulação, que me enche de revolta. Não sei o que hei de arranjar para substituir aquilo, e a minha gana de sair de lá é tão grande, que não me promovem, não me fazem dar um passo à frente.

Eu fiz parte do júri de um Wanderley, alferes e condenei-o. Fui posto no índice.

Para os jornais daqui estou incompatível. Podia tentar a aventura fora, mas não tenho Liberdade; era preciso que estivesse só, só.

Enfim, a minha situação é absolutamente desesperada, mas não me mato.

Quando estiver bem certo de que não encontrei solução, embarco para Lisboa e vou morrer lá, de miséria, de fome, de qualquer modo.

Desgraçado nascimento tive eu! Cheio de aptidões, de boas qualidades, de grandes e poderosos defeitos, vou morrer sem nada ter feito.

Seria uma grande vida, se tivesse feito grandes obras; mas nem isso fiz.

(BARRETO, 2021, p.561)

Após completar 30 anos, passando por inúmeras dificuldades e frustrações, Lima passa a fazer uso imoderado do álcool e isso começa a trazer muitos problemas para a sua vida. Alimenta-se mal, perambula pelos bares, passa a viver na boemia e com a dependência do álcool, um abismo abre a seus pés. Segundo Barbosa (2017, p. 296),” Lima Barreto não bebia pelo simples prazer de beber. O álcool era, para ele, uma forma de evasão e dele abusara demais.” Passou a faltar na repartição, embriagava-se antes do almoço, andava sujo, malvestido. Em 1914 ocorre a sua primeira internação. Logo depois que sai do hospício, como que para esvaziar a alma de ressentimentos acumulados, escreve o conto *Como o Homem chegou*, que narra a história de um pobre homem que incompreendido pela família é levado para o hospital psiquiátrico. “Queriam curá-lo, ‘como se se curassem assomos d’alma e anseios de pensamentos.” (BARRETO, 1956, p.4). Lima ficou internado quase dois meses, lembrou-se de Dostoiévski, na Casa dos Mortos. Na hora da humilhação, era na literatura que Lima pensava. “Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela.” (BARRETO, 2017, p. 16).

Na visão do romancista carioca, a Literatura não era para escrever bonito, não era esta a sua função, a literatura pela literatura, a arte pela arte, como pregavam os parnasianos. Não queria estar preso a partidos ou doutrinas. Em *Os Bruzundangas*, livro em que Lima nomeia um país fictício a fim de retratar os costumes da vida política e cultural do Brasil da República, o autor tece críticas mordazes aos intelectuais da Bruzundanga.

Pelo simples fato de terem palmilhado terras estranhas e terem vistos naturalmente obras-primas, os diplomatas da Bruzundanga se julgam todos eles artistas, literatos, homens finos, *gentlemen*.

Não pensem que eles publiquem obras maravilhosas, profundas de pensamentos, densas de ideias; não é isso bem o que publicam.

Afora um ou outro que não se veste pelo figurino da maioria, o que eles publicam são sonetos bem rimadinhos, penteadinhos, perfumadinhos, lambidinhos, cantando as espécies de joias e adereços que se encontram nas montras dos ourives.

A isto, eles batizam, por conta própria, de aristocracia da arte, arte superior, arte das delicadezas impalpáveis.

Publicam esses catálogos de ourivesaria, quando não são de modistas e alfaiates, em edições luxuosas; e, imediatamente, apresentam-se candidatos à Academia de Letras da Bruzundanga. (BARRETO, 2021, p.60)

No livro citado acima, Lima aborda os costumes de um país que insiste em modelos importados e distantes da sua realidade. Apesar de criar desafetos com suas críticas a diversas esferas da sociedade, o autor desejava viver em paz, escrevendo os seus livros, pois não gostava do seu emprego público, gostaria de se dedicar somente à escrita. Só em 1919, quando chega a sua aposentadoria, é que Lima Barreto intensifica seu trabalho e aumenta a sua colaboração na imprensa. Na revista *Careta*, onde publica suas crônicas, tem salário fixo como redator efetivo. Mas, em 1919, no dia de Natal, é internado novamente, após um surto. No hospital, escreve *Diário de um hospício* e depois *Cemitério dos vivos*, onde cria o personagem Vicente Mascarenhas. Entre a realidade e a ficção, vivendo numa encruzilhada, a vida real e o imaginário; o singular e o coletivo se entrecruzam, e pode-se dizer que é neste entrecruzamento que reside a singularidade da sua obra.

*Diário do hospício*, de Lima Barreto, constitui uma narrativa-limite, escrita em decorrência de uma situação-limite. Trata-se de um relato íntimo pontuado por impressões, confissões e inconfidências, escrito pelo autor durante o período da sua segunda internação no Hospital Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro, de 25 de dezembro de 1919 a 2 de fevereiro de 1920. Ao compor um diário com descrições minuciosas da rotina psiquiátrica e com críticas às relações de poder no manicômio, Lima produziu um raro documento da história da psiquiatria no Brasil. Por constituir um utilitário de inestimável valor na estratégia de sobrevivência à instituição, esta escrita do extremo, anti-institucional por excelência, inscreve-se na ideia de literatura da urgência – esta que se formula como uma escrita detonada pela emergência da auto-expressão, de um *eu* extraviado no limite vida-morte, empenhado em lidar literariamente com a situação emergencial. (HIDALGO, 2008, p.227)

Internado pela segunda vez no dia 25 de dezembro de 1919, Lima escreveu para não enlouquecer, para não morrer, a escrita era a sua potência. Pode-se dizer que sua escrita era



ao mesmo tempo um grito dos excluídos a quem detinha o poder e também um grito em solidariedade a todos os outros que sentiam na pele a indiferença dos poderes públicos. As primeiras anotações do *Diário de um hospício* datam de 4 de janeiro de 1920. Lima foi levado pela polícia para o hospital a pedido dos irmãos. No trecho abaixo, o autor reclama sobre o poder da polícia e sobre a sua condição de alienado.

Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. De mim para mim, tenho certeza de que não sou louco; mas devido ao álcool, misturado com toda espécie de apreensões que as dificuldades de minha vida material há seis anos me assoberbam, de quando em quando dou sinais de loucura: deliro. (BARRETO, 2017, p.34)

Em *Cemitério dos Vivos*, Lima Barreto denuncia o tratamento dados àqueles que são considerados párias sociais. O autor deu esse nome ao livro, pois é assim que ele considerava aqueles que se encontravam internados no hospital psiquiátrico, isto é, considerava mortos aqueles que por alguma desventura encontravam-se excluídos do convívio social. Encontra-se na biografia feita por Francisco de Assis Barbosa a anamnese realizada pelo médico quando Lima é internado:

É um indivíduo precocemente envelhecido, de olhar amortecido, fâcias de bebedor, regularmente nutrido.  
Perfeitamente orientado no tempo, lugar e meio, confessa desde logo fazer uso, em larga escala, de parati; compreende ser um vício muito prejudicial, porém, apesar de enormes esforços, não consegue deixar a bebida.  
Por este abuso já passou certa vez três meses no Pavilhão, o que entretanto, nada adiantou, voltando desde a saída a embriagar-se. Informa que as suas perturbações, quando aparecem, são em forma de delírios, sempre consequentes a um abuso mais forte e mais demorado.  
Foi o que sucedeu desta vez, alarmando um seu irmão que julgou conveniente a sua internação, apesar de seus protestos.  
Indivíduo de cultura intelectual, diz-se escritor, tendo já quatro romances editados, e é atual colaborador da *Careta*.  
Fala em seus últimos delírios, reconhecendo perfeitamente o fundo doentio deles e diz-se certo que tal só sucedeu graças às suas perturbações mentais.  
Estes delírios, que são facilmente descritos pelo paciente, são de caráter terrificante, perseguidor, etc.  
Geralmente, a amnésia em relação às fases da embriaguez é completa, porém estes últimos delírios, segundo o próprio, passaram-se sem que estivesse em completo etilismo, motivo por que é capaz de descrevê-los.  
Mãe falecida tuberculosa. Pai vivo, aposentado no serviço da administração das Colônias de Assistência a Alienados; há 18 anos não sai de casa, preso de piscatenia ou lipemania, como informa o examinado.  
São notáveis os tremores fibrilares da língua e das extremidades digitais apresentados pelo paciente, bem como abalos e tremores dos músculos da face, mormente quando fala. Palavra algo arrastada e meio enrolada, certas vezes. (BARBOSA, 2017, p.292)

Conforme Barbosa (2017), Lima Barreto relatou em *Diário de um hospício* a pouca importância que lhe dera o médico, para o qual os seus méritos literários nada valiam. Após alguns dias, foi transferido para a Seção Cameil, onde foi recebido pelo Dr. Humberto Gotuzzo, o qual ofereceu seu próprio gabinete para que Lima pudesse escrever suas cartas e seu diário, e

assim, o alienista foi conquistando paulatinamente a simpatia do escritor. Segundo os escritos de Lima, o médico “não me achou muito arruinado e, muito polidamente, deu-me conselhos, para reagir contra o meu vício.” (BARRETO, 2017, p44 -45)

Diante das reflexões do autor no lugar do alienado, questiona-se: é possível encontrar um núcleo comum para a loucura? Existe um remédio Universal como pretendia João Bacamarte<sup>4</sup> do Alienista de Machado? São essas e outras questões que esse escritor de suma importância traz para os seus leitores em suas narrativas.

Lima Barreto travou o grande combate: dizer o indizível, o que a princípio não se poderia dizer, dado o caráter socialmente *inaceitável* do seu conteúdo. Por isso a literatura da urgência é, sobretudo, o espaço da expressão do indizível – eis, justamente, a relevância deste tipo de escrita no amplo estudo da literatura. Assim, compreende-se melhor o desespero do autor ao rasgar o suporte da literatura ficcional, danificar a sua moldura (a ilusão da ficção, a interdição da união vida-obra), numa procura desesperada por novas formas de expressão. A literatura da urgência, dada a situação crítica, não comporta a encenação pressuposta pelo jogo ficcional. Por isto nasce como literatura conspurcada, respingada pelo exagero, pela verdade – a (ilusão da) verdade da loucura? (HIDALGO, 2008, p.240)

Segundo Hidalgo (2008), a literatura estabelecida por Lima no domínio da loucura nada mais foi do que a expressão da urgência de si, a urgência do desespero de encontrar-se no desconforto do hospício. A urgência “de um *eu* que sempre extrapolou padrões: intelectuais, sociais e literários. Ao ignorar fronteiras entre verdade e ficção, o autor trafegou entre os gêneros sem cerimônia nem respeito a cânones, como se a emergência da sua condição tudo consentisse” (HIDALGO, 2008, p.240)

Sua crítica aos intelectuais da sua época vem do fato de salientar a necessidade de não ser indiferente aos problemas sociais. Com um espírito observador e crítico, abordou questões sociais e raciais que não se limitam apenas ao seu momento histórico, mas prolongam-se até os dias atuais. O racismo, o preconceito, a invisibilidade e a subjugação aos quais estão sujeitos vários indivíduos, foram temas sempre presentes na obra de Lima. Sendo um intelectual negro, sentiu as marcas da exclusão e da perseguição na própria pele. Seu modo de fazer literatura não escondeu o peso das questões sociais e individuais que lhe atravessavam, expondo o seu desejo de um mundo mais justo e harmonizado.

No dia de Todos os Santos, em 1922, um dia de chuva fina e persistente, na Vila Quilombo, como era conhecida a casa em que morava no bairro de Todos os Santos no Rio de Janeiro, o escritor, já adoecido, é encontrado morto em seu quarto pela sua irmã Evangelina, a qual cuidou do pai e do irmão com desvelo e dedicação, de acordo com Barbosa (2017). Na

---

<sup>4</sup> Personagem principal do conto O Alienista de Machado de Assis. O médico João Bacamarte queria encontrar um remédio universal para a loucura.

cama estava entre os livros, os quais nunca abandonava. Antes de morrer lia a revista francesa *Revue des Deux Mondes*. Com a ajuda de amigos, seu único pedido foi atendido, foi enterrado no cemitério São João Batista, pedira que não o enterrassem no cemitério de inhaúma, conforme Francisco Barbosa (2017). No seu funeral havia diferentes pessoas, a gente simples do subúrbio, alguns amigos intelectuais, jornalistas, afilhados e ali nada os diferenciavam. Seu pai, João Henriques, faleceu quarenta e oito horas depois.

Mesmo tendo ficado um pouco esquecido por alguns anos após a sua morte e não ter tido o devido reconhecimento em vida, como já foi dito, em 1952, com a biografia de Francisco Barbosa, a obra de Lima Barreto renasce. Em 2017, o autor é homenageado pela FLIP (Festa Literária internacional de Paraty) e 2017 passa a ser considerado o ano de Lima Barreto, devido às homenagens, reedições e novos estudos sobre o autor, segundo Resende (2022). Nesse mesmo ano, a antropóloga e historiadora Lilia Moritz Schwarcz lança o livro *Lima Barreto: Triste visionário*. Também no ano de 2017, o diretor e dramaturgo Luiz Mafuz estreia a peça *Traga-me a cabeça de Lima Barreto* encenada pelo ator Hilton Cobra. A peça traz como temática principal a questão do racismo e da eugenia, mostrando uma imaginária sessão de autópsia do corpo de Lima Barreto, realizada por médicos eugenistas que buscavam saber como um cérebro considerado inferior, segundo o pensamento eugenista da época, poderia ter produzido uma obra literária de tamanha qualidade. Assim, partindo desse embate, a peça mostra o brilhantismo e a ousadia desse autor carioca que até hoje nos afeta com a lucidez com que nos retrata os problemas de uma sociedade segregacionista, tornando-se de grande importância para as discussões em torno das questões sociais, políticas, culturais e raciais do Brasil.

Dessa forma, buscar na obra de Lima Barreto bases para se pensar nos problemas sociais brasileiros e na construção de políticas sociais que assegurem o respeito aos direitos de todos os cidadãos, faz-se pela necessidade de intensificarmos o debate acerca de modelos hegemônicos de pensamentos ancorados em uma cosmovisão eurocêntrica, a fim de pensarmos em novas estratégias de desconstrução de práticas cristalizadas de interações sociais opressoras, excludentes e hierarquizantes. Para tanto, é necessário entender todo o momento de transição de regime pelo qual o Brasil passava no final do século XIX e início do XX. A República e a abolição trouxeram mudanças políticas, entretanto não houve transformações sociais que pudessem transformar o país em um lugar mais justo e igualitário. Desse modo, é imprescindível observar os discursos de verdade que norteavam as práticas políticas e médicas

da época a fim de investigar os efeitos da colonização até a atualidade e como foram implantados os primeiros asilos psiquiátricos no Brasil.

### 1.1 Novo regime, velhos hábitos: o período pós-abolição e pós- república

- Você por que não planta para você
- Quá sá dona! O que é que a gente come?
- O que plantar ou aquilo qua a plantação der em dinheiro...
- Terra não é nossa... E frumiga? ... Nós não temos ferramenta ... isso é bom para italiano ou alemão que governo dá tudo... governo não gosta de nós...

(BARRETO, 1981, p.151)

Com base nos estudos de Schwarcz (2017), o período da República Velha (1889-1930) foi marcado por mudanças que apontavam para uma modernização nos âmbitos da vida política, social e cultural do país. A abolição encheu de esperança aqueles que sonhavam com um país melhor, sem o horror da escravidão. Todavia, após a abolição, pouca coisa mudou para a população afrodescendente. As mudanças tão esperadas, tais como emprego, alimentação, moradia digna e educação, não ocorreram. Parte da população que outrora era escravizada, liberta, continuou a ser marginalizada.

A escravidão era parte da paisagem e da rotina do Brasil, banalizada e vista com naturalidade desde a chegada dos portugueses, mais de três séculos antes. Havia, porém, um legado com o qual as autoridades não sabiam exatamente como lidar. Qual o tamanho e o protagonismo da África brasileira com a qual os brancos descendentes dos colonizadores portugueses estariam dispostos a conviver? Ainda em 1817, cinco anos antes do grito do Ipiranga, o baiano Domingos Alves Moniz Barreto recomendava ao rei dom João VI que a abolição do tráfico negreiro e da própria escravidão se fizesse com muita cautela para evitar que “os vícios” da raça africana contaminassem todo o resto da sociedade brasileira. Era preciso antecipar providências e dar tempo para que o Estado estabelecesse uma coação policial sobre os escravos que se libertassem, de modo que eles pudessem trabalhar “segundo sua vocação”, mas jamais “sem destino útil e honesto”. Ou sejam os negros libertos só seriam tolerados na sociedade brasileira se continuassem a cumprir o papel que deles se esperava: o de produzir as riquezas que asseguravam o bem-estar e os privilégios da classe dominante. (GOMES, 2022, p. 82)

Para o cenário social e político do Brasil, a Proclamação da República também não trouxe muitos avanços. Com o passar do tempo, percebeu-se que pouca coisa mudaria. O país ansiava por um novo futuro repetindo os modelos de exploração desde o início da colonização. A chamada “política do café-com-leite”, a qual refere-se a grupos das oligarquias paulista e mineira que controlavam as questões políticas do país e revezavam-se na presidência da república. Diante desse novo contexto político e econômico e pautado no discurso científico da época, aqueles que foram escravizados por mais de 360 anos não tinham lugar nos projetos políticos da nação. Dessa forma, os negros e os chamados de mestiços vagavam sem emprego, sem direito à terra onde sempre trabalharam, pois, visando ao embranquecimento da população,

os donos da terra preferiam a mão-de-obra dos imigrantes europeus à mão-de-obra dos escravizados. Desse modo, após a escravidão, a terra foi dada ao branco e não aos negros que sempre trabalharam nela, como narra Lima Barreto em *Triste Fim de Policarpo Quaresma* no diálogo transcrito no início deste capítulo, entre a personagem Olga, idealista e humanitária, e Felizardo, um camponês que Olga encontra quando visita as terras do padrinho.

Lilian Schwarcz (2017) considera Lima Barreto um dos autores que mais abordou os impactos do racismo e da exclusão social em sua obra, denominando o escritor como um intérprete do seu tempo:

A vida e a obra desse escritor representam, portanto, um convite e um aceno. Lima nos incita a transgredir a fronteira do passado, atuando como um guia inesperado. Um timoneiro que não abre mão de incluir em sua obra suas batalhas, idiossincrasias, brincadeiras, afetos e broncas. Um narrador que nunca se apaga diante do que acredita ser seu e de direito. Ele que brigou, insurgiu-se, apoiou, vetou, enfim, fez todo o barulho que podia para que a República se tornasse uma res publica: o governo de todos para todos, e por todos. Outro Brasil, que é o mesmo também. Aquele dos mais despossuídos; de alma grande como "seu" Manuel Cabinda, e que carregam uma dor maior que o mundo, mas que jamais se deixam, simplesmente, apanhar ou vencer. Ao contrário, lutam sem cessar (SCHWARCZ, 2017, p.19).

Sendo nesse momento histórico o Rio de Janeiro a capital da República, a cidade tornou-se palco de muitas mudanças, de uma efervescência cultural, era a chamada *Belle Époque* carioca, um mimetismo cultural em que o país tentava encaixar-se nos moldes do desenvolvimento europeu, ignorando as suas realidades (LEITÃO, 2006). A elite via a Europa como o centro da civilização e, aos europeus, como gente superior, pensamento reforçado pelo cientificismo da época. Chique então era ignorar o Brasil e delirar por Paris, reproduzindo assim o complexo da colonização na ideologia dominante. Ao importar sem nenhuma adequação os padrões de comportamento e de consumo da Europa, impediu-se que a população local, mestiça e negra, fosse incorporada às novas atividades econômicas. A abolição trouxe a liberdade, mas não previu a igualdade.

(...) um país não passa impunemente pelo fato de ter sido o último a garantir a vigência de um modelo de trabalho que pressupõe a posse de um homem por outro. Essas são estacas fortes, que constroem a sociedade. A escravidão não foi apenas um tipo de mão de obra, ou um detalhe da nossa economia. Ela criou um modo de ser e estar em tal sociedade: uma linguagem social com graves consequências. Essa é, pois, uma história coletiva, mas também individual porque traz os dramas de cada pessoa e de cada família. Nesse sentido, ela atingirá em cheio a vida dos Barreto e a literatura de Lima, que jamais abriu mão de denunciar as mazelas da escravidão no Brasil, os mecanismos de humilhação, bem como as diversas formas de racismo por aqui vigentes. Ao mesmo tempo, e já como escritor, Lima Barreto nunca desistiu do que aprendeu e lembrou. Virou testemunha dos vários processos de liberdade, das cores, dos costumes, das religiões, das vestes, dos cabelos e das diferentes maneiras que os afro-brasileiros inventaram para viver e imaginar o exílio, e, assim, fazer dele o seu desterro e sua morada; um lugar onde se incluir e brigar. (SCHWARCZ, 2017, p.26).

Com o país passando por todas essas mudanças pautadas no modelo eurocêntrico, momento também em que cresce no Brasil o darwinismo racial, teoria que tinha como suposição a humanidade como uma espécie de pirâmide e no topo estariam homens brancos e europeus e na base estariam os africanos e indígenas. Assim, o racismo era justificado pela ciência e, mesmo liberto, o ex-escravizado é aprisionado em teorias e discursos científicos que o considera inferior às outras raças, é a eugenia justificando o racismo e a hierarquização das vidas.

### 1.1.1. O pensamento eugenista no Brasil

Vai se espalhando, pelo mundo, a noção de que há certas raças superiores e umas outras inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça.

Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais.

Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães.

Eu não sei se alguém já observou que o alemão vai tomando, nesta nossa lúcida idade, o prestígio do latim na Idade Média.

O que se diz em alemão é verdade transcendente. Por exemplo, se eu dissesse em alemão o quadrado tem 4 lados seria uma coisa de um alcance extraordinário, embora no nosso rasteiro português seja uma banalidade é uma quase verdade.

E assim a coisa vai se espalhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais do que a fraqueza, a covardia intelectual de que estamos apossados em face dos grandes nomes da Europa. Urge ver o perigo dessas Ideias, para nossa Felicidade individual e para a nossa dignidade superior de homens. Atualmente, ainda não saíram dos gabinetes e laboratórios, mas, amanhã, espalhar-se-ão, ficarão à mão dos políticos, caíram sobre as rudes cabeças da massa, e talvez tenhamos que sofrer matanças, afastamentos humilhantes, e os nossos liberalísimos tempos verão uns novos judeus.

Os séculos que passaram não tiveram opinião diversa a nosso respeito - é verdade; mas, desprovidas de qualquer base séria, as suas sentenças não ofereciam o mínimo perigo. Era o preconceito; hoje é o conceito. (BARRETO, 2021, p.531)

Eugenia é uma palavra de origem grega que significa bem-nascido, bom em sua origem, cunhado pelo matemático Francis Galton (1822-1911) em 1833. Tal conceito intencionava, de uma forma geral, criar gerações futuras “melhoradas”, manipulando a genética humana. A eugenia teve diversas vertentes no mundo, no entanto, não nos prenderemos em explicitar toda a trajetória e as diferenças do pensamento eugênico, mas focar como esse pensamento ganhou força no Brasil no início do século XX, tendo como organizador do movimento eugênico no Brasil e fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, o médico Renato Kehl, considerado o pai da eugenia no país. De acordo com Caponi (2017), os trabalhos publicados por Renato Kehl reforçavam a ideia de que as propostas eugênicas no campo da psiquiatria estavam associadas ao problema da degeneração.

Degeneracionistas y eugenistas compartían un mismo punto de partida: el “mito de la normalidad hereditaria”. Ambos querían identificar una série de características físicas y comportamentales considerados indeseables, por representar um desvio de la

normalidade, para intervenir antes que esa patologia se transforme en irreversible. Dos estratégias privilegiadas servirían para definir essas patologías: la identificación de estigmas y el uso de árboles genealógicos (CAPONI, 2017, p.168)

O pensamento eugênico contribuiu muito para o aumento do racismo e da discriminação relacionadas às etnias, classe social, constituição física, orientação sexual etc., justificando os preconceitos em bases científicas.

O racismo brasileiro é algo profundo e inquietante, de natureza estrutural, cultural, ao ponto de envolver projetos de “branqueamento” da população ao século XIX e estudos e tratados de “eugenia” ainda tão recentes quanto a primeira metade do século XX, nos quais negros eram apontados como inferiores tanto na anatomia quanto em suas faculdades mentais. E podem ser observados ainda hoje em comportamentos inaceitáveis de preconceito e intolerância, profundos e graves ao ponto de inviabilizar no futuro a própria existência do Brasil como um país decente, justo, ético e digno dos nossos sonhos. (GOMES, 2022, p.38)

Objetivando “aprimorar” a população, onde o modelo ideal era o branco europeu, a eugenia defendia a “melhoria” da raça brasileira, propagando pensamentos racistas pelo país. No que se refere aos negros, eugenistas diziam que a raça era fraca e que era preciso evitar a miscigenação, visto que esta seria prejudicial à saúde e à inteligência da população, consolidando a crença de que há hierarquias entre as raças e aumentando as práticas exclusivas de pessoas com alguma característica considerada indesejada pela sociedade. Conforme Souza (2006), Renato Kehl pregava a imprescindibilidade da adoção do exame pré-nupcial para o controle dos “bem-nascidos”.

Renato Kehl entendia, portanto, que a identidade do homem brasileiro, sua saúde racial e seu grau de civilidade dependeria da associação entre as ideias eugênicas, as práticas educacionais e as reformas sanitárias, sobretudo das populações do interior. O nível de instrução da população nacional caracterizava-se, de acordo com o modelo de eugenia defendido por ele no início dos anos 1920, como uma ferramenta política essencial não apenas para elevar o grau de civilização de um povo, mas também para aprimorar a saúde e “extinguir as doenças” do meio social, colaborando de maneira valiosa aos esforços da ciência médica. (SOUZA, 2006, p.61)

Juntamente com a sífilis, Kehl entendia que o alcoolismo era o segundo principal fator de degeneração do homem brasileiro. Em suas palavras, o alcoolismo era mais que uma doença do corpo humano, “representava uma doença do corpo social”. Poderia ser considerado o verdadeiro “demônio da humanidade”, responsável pelo “horrível flagelo” que manchava a sociedade e o futuro da espécie. “

Com a abolição da escravidão, esses debates foram intensificados e crescia o projeto de branqueamento da população brasileira, assim médicos, intelectuais e autoridades se apropriaram de ideias eugenistas com a justificativa de “regenerar a raça nacional”.

Como já era possível notar desde os embates no Congresso de Eugenia, nos anos 1930 o radicalismo eugênico encontraria amplo abrigo nas discussões sobre imigração. Aliás, em poucos lugares do mundo, com exceção feita aos Estados Unidos, a eugenia se identificou tanto com a questão imigratória quanto no Brasil. Durante o governo

Vargas, a insistente preocupação em torno da identidade nacional projetou no debate sobre eugenia e imigração o caminho para a regeneração e o futuro do país. Não é por acaso que a legislação imigratória foi amplamente discutida durante a Assembleia Constituinte de 1933- 1934, mobilizando intelectuais, eugenistas, parlamentares e o próprio governo Vargas. Conforme destaca Endrica Geraldo (2007, p. 60-67), uma das prioridades de Vargas era justamente regulamentar a questão imigratória, vista como fundamental tanto para atrair trabalhadores saudáveis quanto para a ocupação do território nacional e a formação eugênica do país. Durante as discussões da Constituinte, o movimento eugênico organizou uma ampla ofensiva em defesa da seleção imigratória, articulando seus canais oficiais, a imprensa e parte dos deputados que integravam a Assembleia, muitos deles médicos e intelectuais dispostos a atender as demandas eugênicas. Entre os parlamentares ligados ao movimento eugênico encontravam-se médicos como Arthur Neiva, Miguel Couto, Pacheco e Silva e Xavier de Oliveira, nomes que desde os anos 1920 faziam amplo lobby pelo controle imigratório. De maneira geral, esses parlamentares eram contrários à entrada de negros, árabes e asiáticos, uma vez que julgavam que a miscigenação com esses imigrantes seria prejudicial à construção nacional, sobretudo no que dizia respeito ao processo de branqueamento (República dos Estados Unidos do Brasil, 1935) (SOUZA, 2022, p.106-107)

Nos termos de Schwarcz (2017), o pensamento eugenista trouxe repercussões para o Brasil, a partir dos anos 1860, o país começara a ser visto como um “laboratório” de raças mistas degeneradas, o qual intitularam como os “males da mestiçagem”.

No Brasil, enquanto no corpo da lei se preparava a sociedade para o exercício da liberdade e da igualdade, a ciência parecia mostrar o oposto: os indivíduos não nasciam iguais, e não se poderia prever a igualdade entre, por exemplo, negros e brancos. Mais que isso, os modelos deterministas estabeleciam agora, e de maneira rígida, diferenças definitivas entre os grupos humanos, dividindo-os em superiores e inferiores. Brancos – euro-americanos – compunham o ápice da humanidade, enquanto os africanos figuravam na base social. Cor e raça convertem-se, dessa maneira, numa espécie de régua perversa, a medir a capacidade das pessoas. (SCHWARCZ, 2017, p.52)

Lima Barreto vivenciou e pressentiu os perigos advindos do pensamento eugenista. Em *Diário Íntimo* escreve de forma irônica referindo-se à ciência positivista: “É que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo.” (BARRETO, 2021, p.532). De acordo com os eugenistas, os grupos humanos eram diferenciados pela cor e a partir de teorias raciais. Lima não só previa, como também vivenciava os efeitos desse pensamento, e isto lhe inquietava. Percebia que mesmo após a abolição da escravatura, a população negra continuaria presa aos estigmas da cor.

A abolição, por si mesma, não pôs fim, mas agravou o genocídio. Formalmente liberto, o negro foi condenado à periferia da sociedade, como se não pertencesse à ordem legal, o que expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas. (LAURENTINO, 2022, p.38)

## 1.2 O subúrbio carioca: O Rio de Janeiro de Lima Barreto

O arruamento do subúrbio é delirante. Uma rua começa larga, ampla, reta, vamos-lhe seguindo o alinhamento, satisfeitos a imaginar os grandes palácios que o bordarão daqui a anos, de repente estrangula-se, bifurca-se, subdivide-se num feixe de travessas, que se vão perder em outras muitas que se multiplicam e oferecem os mais transtornados aspectos. Há o capinzal, o arremedo de pomar, alguns canteiros de horta



(...). Tudo isso se baralha, confunde-se, mistura-se, e bem não se colhe logo como a população vai se irradiando da via férrea. As épocas se misturam; os anos não marcados pelas coisas mais duradouras e perceptíveis. (BARRETO, 1981, p.119)

Vivendo no Rio de Janeiro, andando pela cidade, Lima Barreto teve um olhar acentuado para os problemas que marcam a diferença num país caracterizado pela sua diversidade, mas também pela sua desigualdade. Com base em Leitão (2006), no período de 1902 a 1906, o prefeito Pereira Passos, deixando a opinião pública em segundo plano e sem preocupação com a população mais vulnerável, coloca abaixo várias casas, cortiços e armazéns no centro da cidade. Com essa destruição de moradias no centro, a população que ali morava começa a habitar o subúrbio de forma desordenada. A capital passa a ser o modelo do novo, do desenvolvimento, encaixando-se nos moldes europeus. Lima Barreto fez críticas mordazes a todo esse "progresso", afinal a quem se destinava esse tal desenvolvimento? Afinal, a periferia, o subúrbio carioca crescia de forma desorganizada e, muitas vezes, sem condições dignas de moradia para a população que passava a habitar a periferia da cidade com as obras na região central da cidade.

Lima traz à luz como social atravessa o indivíduo e devem ser indissociáveis. Quando nascem, os indivíduos são atravessados por várias determinações relativas a questões biológicas e sociais que delineiam a sua visão de mundo e o nosso modo de se relacionar neste mundo. Desse modo, pode-se questionar se é possível pensar no indivíduo sem contextualizar as questões sociais que os atravessam? Essas compreensões prévias, impessoalmente determinadas, comumente orientará acerca do modo como cada um deverá estruturar o seu modo de estar no mundo. Conforme Dutra (2008), não é possível pensar o humano fora de um contexto social, isto é, sem atentar para essas questões reveladoras de seu estar-no-mundo-com-os-outros. Lima questionava os modelos impostos e a desigualdade de oportunidades.

Nesse contexto republicano, com o advento das transformações pelas quais passava o centro da cidade do Rio de Janeiro, o subúrbio carioca começou a crescer sem planejamento. Lima Barreto, ao observar as partes da cidade ignoradas pelo poder público, trazia em seus textos sua visão sobre esse crescimento desordenado, na medida em que chamava a atenção para estas partes da cidade abandonadas pelo poder público, dando principal relevância aos seres humanos que ali habitavam e que, por outro lado, também adotavam os preconceitos incrustados da alta burguesia. As reformas urbanas e o ar de progresso atraíam a massa de trabalhadores rejeitados para o subúrbio da cidade, tanto pela reestruturação quanto pela estagnação agrícola, mesmo sendo o subúrbio a oposição ao traçado determinado pela ordem e progresso.

Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, os personagens circulam no espaço urbano do subúrbio carioca, mostrando também que havia uma estratificação interna dentro do próprio subúrbio.

Não se julgue, entretanto, que Ricardo fosse um cantor de modinhas ai qualquer, um capadócio. Não; Ricardo Coração dos Outros era um artista a frequentar e a honrar as melhores famílias do Méier, Piedade e Riachuelo.

Dessa maneira Ricardo Coração dos Outros gozava da estima geral da alta sociedade suburbana. É uma alta sociedade muito especial que só é alta nos subúrbios. Compõe-se em geral de funcionários Públicos, de pequeno negociante, de Médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes milícias, nata essa que impa pelas ruas esburacadas daquelas distantes regiões, assim como nas festas e nos bailes, com mais forças que a burguesia de Petrópolis e Botafogo. (BARRETO, 1981, p.26)

(...) Porque o orgulho da aristocracia suburbana está em ter todo o dia jantar e almoço, muito feijão, muita carne-seca, muito ensopado - aí, julga ela, é que está a pedra de toque da nobreza, da alta linha, da distinção (...). Fora dos subúrbios, na Rua do Ouvidor, nos Teatros, nas grandes festas centrais, essa gente mingua, apaga-se, desaparece.” (Idem, p.27)



Fonte: [cidadedoriorj1.blogspot.com](http://cidadedoriorj1.blogspot.com)

Conforme Resende (1989), o posicionamento crítico de Lima Barreto em relação à República proclamada no Brasil é bastante conhecido. Em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, que foi inicialmente publicado em folhetins no jornal do Comércio, o romancista traça um panorama dos primeiros anos da República e sua decepção diante do novo regime. No final do romance, Policarpo traz a seguinte reflexão: “A Pátria que quisera ter era um mito; um fantasma criado por ele no silêncio de seu gabinete. Nem a física, nem a intelectual nem a política que julgava existir.” (BARRETO, 1981, p.269)

Desse modo, observa-se que a República no Brasil, tal qual denuncia Lima Barreto, não diminuiu o abismo entre as classes mais abastadas e os pobres, consoante Resende (1989). É interessante notar que as mesmas críticas já tecidas nos primeiros anos da República, são as que ainda hoje mais aparecem como mobilizadoras da opinião pública, como a corrupção, a má administração do dinheiro público, o abuso do poder, tudo isso ainda é um problema crônico em nossa sociedade.

É importante também salientar que os escritos de Lima Barreto, trazendo temas inovadores como cidadania, direitos dos cidadãos, direitos das mulheres, provocam uma reflexão não só sobre a sociedade brasileira, mas também ao papel que cabe à literatura e ao escritor. Como já foi dito, uma das críticas tecidas por Lima Barreto aos costumes nacionais era a mania de medirem-se pelo que ocorria na Europa e nos Estados Unidos.

Para a família Barreto, a República não trouxe boas mudanças, visto que seu pai perdera logo o emprego. João Henriques de Lima Barreto, logo após a chegada do novo regime, perde seu emprego de tipógrafo na *Tribuna Liberal*, esta, sendo considerado um órgão de resistência aos republicanos, fazendo oposição ao novo regime, foi logo fechada pelo novo governo da República. O Visconde Ouro Preto, padrinho de Lima Barreto, era o dono do estabelecimento e foi este que sempre ajudou a família de Lima Barreto. Com a consolidação da República, as resistências monarquistas diminuíram e os líderes que permaneceram no Brasil foram aderindo, paulatinamente, ao novo regime. O imperador, sua família e parte da oposição exilaram-se na Europa. Antes de ir para o exílio na Europa, o Visconde de Ouro Preto arranhou novo emprego para João Henriques como administrador das Colônias de Alienados e, então, o pai do autor segue com a família para a Ilha do Governador e, assim, inicia-se na vida do ainda menino Lima Barreto a sua relação com a loucura.

### 1.3. Entre a lucidez e a loucura

Mudando-se com a família para a Ilha do Governador, Lima começa a conviver desde cedo próximo à “loucura”, apegou-se a alguns internos, conforme Schwarcz (2017), tinha-nos como amigos, principalmente a sua amizade com o negro Manuel Cabinda, para o qual escreveu uma crônica com o seu nome. Após Manuel receber alta dos médicos fora morar com a família Barreto quando se mudaram para Todos os Santos, tornando-se uma espécie de agregado da família. Lima tinha grande estima por Manuel Cabinda, fora este amigo que introduzira o menino Barreto aos “mistérios” do continente africano. Manuel de Oliveira tornou-se grande amigo da família Barreto e foi este que auxiliou a família nos momentos difíceis (SCHWARCZ, 2017).

Manuel de Oliveira morreu a 8 de novembro de 1916, dia de anos de minha irmã. Eu o conheço desde os 11 anos e creio que ele foi para casa, quando eu tinha 12 ou 13 anos. Viveu conosco cerca de 22 ou 23 anos e muito nos serviu e foi útil. Era preto cabinda e tinha de sua nação um orgulho inglês. Hei de escrever-lhe um artigo.  
(BARRETO, 2021, p.594)

Cabinda, que em 1956 tornou-se uma cidade de Angola, era um dos locais de onde vieram muitos africanos para o Brasil, tornando o tráfico de escravizados a principal fonte do comércio local. Foi de lá que veio Manuel de Oliveira, este que explicou para o menino Lima Barreto que os africanos que chegaram forçosamente no Brasil não nasceram escravizados e que foram trazidos para cá de forma violenta assim como no fragmento (cântico IV) do poema *Navio Negreiro* de Castro Alves do ano de 1868:<sup>5</sup>

Era um sonho dantesco... o tombadilho Que das luzernas avermelha o brilho. Em sangue a se banhar. Tinir de ferros... estalar de açoite... Legiões de homens negros como a noite, Horrendos a dançar...  
 Negras mulheres, suspendendo às tetas Magras crianças, cujas bocas pretas Rega o sangue das mães: Outras moças, mas nuas e espantadas, no turbilhão de espectros arrastadas, Em ânsia e mágoa vãs!  
 E ri-se a orquestra irônica, estridente... E da ronda fantástica a serpente faz doudas espirais ... Se o velho arqueja, se no chão resvala, Ouvem-se gritos... o chicote estala. E voam mais e mais...  
 Presa nos elos de uma só cadeia, A multidão faminta cambaleia, E chora e dança ali! Um de raiva delira, outro enlouquece, Outro, que martírios embrutece, Cantando, geme e ri!  
 No entanto o capitão manda a manobra, E após fitando o céu que se desdobra, Tão puro sobre o mar, Diz do fumo entre os densos nevoeiros: "Vibrai rijo o chicote, marinheiros! Fazei-os mais dançar!..."  
 E ri-se a orquestra irônica, estridente. . . E da ronda fantástica a serpente faz doudas espirais... Qual um sonho dantesco as sombras voam!... Gritos, ais, maldições, preces ressoam! E ri-se Satanás!...

É importante destacar que nos tempos iniciais da República, constituíram-se políticas médicas que visavam a acelerar o processo de medicalização da loucura e de exclusão daqueles que porventura por ela fossem afetados. A política manicomial objetivava retirar das ruas aqueles considerados improdutivos, presos às condições de mendicância, por vício ou preguiça, conforme o pensamento das políticas médicas da época, conforme Schwarcz (2017).

Os vínculos entre conhecimento médico e prática alienista seriam consolidados a partir da criação do Hospício Nacional de Alienados, em 1890, e da fundação da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal em 1907. Já as Colônias de Alienados foram inauguradas em 1888, com o objetivo inicial de recuperar mendigos e indivíduos ociosos, recolhidos na cidade do Rio. O problema parecia incomodar as autoridades e no dia 27 de maio do ano da inauguração saiu em *O Paiz* a seguinte notícia: "Mendigos sos. Avulta nesta corte o número de indivíduos em completa ociosidade e que vivem a explorar a caridade pública. [...] Gente avessa ao trabalho, tirando rendosos proventos de um ofício que consideram lícito [...]. Com isso, entretanto, sofrem a sociedade em geral, o comercio em particular, que é obrigado a destinar semanalmente certa verba para os mendigos sãos e doentes...". Como se vê, a tolerância para o que se considerava "ócio ou vagabundagem improdutiva" ia diminuindo nesses tempos de maior "racionalidade. (SCHWARCZ,2017, p.80)

---

2. Poeta da terceira fase romantismo brasileiro, conhecido como o "poeta dos escravos" por declarar em praça pública sua indignação em relação à escravidão e aos problemas sociais da época. No poema *Navio Negreiro* descreve os horrores sofridos pelos africanos que eram arrancados de sua terra.

Consoante Schwarcz (2017), como já foi dito neste texto, houve poucas mudanças para a população negra após a abolição e não se pode esquecer as marcas que 388 anos de escravidão deixaram no país. Somente após a abolição da escravatura em diversos países da América Latina, é que ocorre a libertação dos escravizados no Brasil. Francisco de Assis Barbosa (2017), na biografia de Lima Barreto, retrata o dia em que o escritor, no dia do seu aniversário de 7 anos, assiste, cheio de esperança, a um dia feliz em seu país. Com tantos anos de escravidão, não podemos esquecer desse período triste e cruel da nossa história. A escravização dos povos africanos foi intensificada, conforme Barros (2014), no período entre 1700 a 1822.

Vale salientar que nem todos os escravizados deixavam-se ser submetidos de forma passiva às condições impostas pelos colonizadores, e assim, fugiam e organizavam quilombos, lugares onde os negros que fugiam, resistindo e lutando contra à violência da escravidão, procuravam se organizar e reconstruir formas de associação política, social e cultural, conforme Barros (2014). Quando os navios negreiros chegavam ao Brasil, normalmente os escravizados eram separados de seu grupo linguístico e de seus familiares. Diante de um cenário cruel e injusto, diante da fuga e da revolta de vários escravizados, várias pessoas também se levantaram contra a essa prática violenta da sociedade escravocrata pressionando para que outras medidas efetivas fossem tomadas: em 1850 houve Promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que visava a acabar com o tráfico negreiro intercontinental, porém não proibia o tráfico interno; em 1871 é promulgada a Lei Rio Branco, a “lei do ventre livre”, a qual estabelecia que os filhos dos escravizados nasceriam livres a partir desta data. E em 1885 é assinada a Lei Saraiva Cotegipi, a “Lei dos Sexagenários”, tornando libertos os escravizados com mais de 60 anos.

Nesse período, o movimento abolicionista ganhou grande impulso, contando com a participação de diversos nomes importantes tanto do campo político como do campo intelectual. Em 1888, a princesa Isabel sancionou a Lei Áurea. O tratamento dado à população escravizada era de violação de todos e quaisquer direitos, sujeitos a todos os tipos de violência. Com o tempo, a miscigenação foi avançando progressivamente, porém os negros e mestiços<sup>6</sup> continuaram excluídos do direito a ter direitos, ainda sendo vistos como seres inferiores e tendo também suas crenças e costumes discriminados.

A lei dos sexagenários, anterior à abolição, que libertava os escravizados com mais de 60 anos, pouco adiantou, visto que poucos escravizados chegavam a essa idade devido à

---

<sup>6</sup> Pessoas que descendem de duas ou mais etnias diferentes.

precariedade e maus tratos que sofriam. Além disso, aqueles que conseguiram ser libertados aos 60 anos, deparavam-se com a falta de oportunidades, sem direito ao trabalho e, assim, desamparados, muitos passaram a viver na condição de mendicantes, muitas vezes sendo recolhidos às Colônias de Alienados. O novo regime continuava a ignorar a liberdade e a igualdade dos indivíduos. O país continuou racista e a raça continuou sendo um marcador de diferença social, um problema que Lima Barreto, incansavelmente, abordou em sua obra, construindo protagonistas negros e periféricos como ninguém teria feito antes. Com uma postura contestatória e irônica, denunciou os abusos da sociedade em relação aos considerados “inferiores”.

Conhecendo as diferenças em relação ao tratamento destinado aos brancos e aos negros e sendo o único aluno negro da Escola de Engenharia, ao ser convidado pelos amigos para fazer algumas peraltices durante à noite, Lima recusa dizendo que sendo ele o único negro do grupo, certamente seria o único que seria preso pela polícia. O autor indignava-se com o poder que a polícia tinha sobre os corpos negros. Infelizmente, ainda está presente atualmente, haja vista os numerosos casos de pessoas pretas que são presas injustamente, sem direito à defesa. Vemos, por exemplo, que a população negra está sobrerrepresentada no fenômeno de encarceramento em massa: conforme dados de 2022 do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), 68,2% da população carcerária (832 mil) é negra. Nesse sentido, percebe-se como a raça, o gênero e a classe social são marcadores sociais de exclusão e como todos esses fatores atravessam o sujeito. A escravidão de um povo como ocorreu no país, representa não somente a restrição de liberdade, mas o apagamento de toda uma cultura e de saberes de um povo. Segundo Lima et al (2023), para se pensar as relações sociais brasileiras, é necessário considerar as heranças colonialistas e escravagistas no Brasil e como essas heranças ainda refletem no sistema penitenciário. Como Lima Barreto dizia, o branco é julgado *a posteriori*, o negro *a priori*.

Nos termos de Mbembe (2016), a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um lar, de direitos sobre o seu próprio corpo e perda de status político. O escravizado é mantido vivo, mas em vida morre a cada dia, em um mundo de horrores, sujeito a diversos tipos de violência e à violação de direitos mínimos de humanidade.

Que a "raça" (ou, na verdade, o "racismo") tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros - ou dominá-los. Referindo-se tanto a essa presença atemporal como ao caráter espectral do mundo da raça como um todo, Arendt localiza suas raízes na experiência demolidora da alteridade de e sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte." Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder,

"aquele velho direito soberano de morte". Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é "a condição para a aceitabilidade do fazer morrer. (MBEMBE, 2016. p.128)

Barbosa (2017), na biografia de Lima Barreto, retrata um fato ocorrido antes da Abolição em que um escravo tenta suicídio e um médico, amigo próximo da família de Lima Barreto, salva a sua vida. No outro dia, o médico retorna ao hospital para visitar o paciente, achando que o escravizado estaria feliz por estar vivo e ser-lhe-ia eternamente grato pela sua generosidade, surpreende-se ao chegar no hospital e encontrar o enfermo enraivecido e triste. Como alguém poderia não agradecer a outrem por ter salvado a sua vida? E o escravizado então lhe diz que se não foi para lhe dar a liberdade para que salvou a sua vida? O que escravizado lhe diz que a condição de escravidão já era uma espécie de morte. Do que adiantava, na visão do negro, salvar uma vida de restrições e violências? O médico ficou surpreso com a reação do homem, entretanto não se manteve indiferente e comprou-lhe a carta de alforria, dando-lhe a liberdade almejada. Tornar-se-ia um “escravo liberto”, o que parece um paradoxo, com a marca na pele ainda de ser escravo, isto é, mesmo sendo alforriado o negro iria carregar em sua pele o peso de ter sido escravizado e ainda assim ter seus direitos restringidos e violados.

Infelizmente, mesmo após mais de cem anos da abolição, a situação da população negra no Brasil não mudou muito: até hoje vivenciamos situações de racismo, de abusos policiais, de restrição ou negação de direitos básicos. A exclusão e a falta de direitos ainda afetam grande parte da população brasileira. Pode-se citar o caso do porteiro Paulo Alberto da Silva Costa, preso em 2020 pela polícia do Rio de Janeiro porque, conforme dados do G1, foi reconhecido por foto retiradas de redes sociais em 62 processos. Paulo Alberto ficou preso 3 anos tentando provar a sua inocência, mesmo não tendo nenhuma passagem anterior pela polícia, tendo emprego e nenhuma prova contra ele, teve sua foto retirada de redes sociais e incluída no álbum e no mural de suspeitos da Delegacia de Belford Roxo no Rio de Janeiro. Paulo não foi o primeiro, são casos que se repetem frequentemente, é a cor da pele que ainda aprisiona o indivíduo em julgamentos a priori.

São vidas consideradas matáveis, descartáveis, que na concepção de muitos, só servem para servir. Conforme Mbembe (2016), a vida de um escravizado é uma espécie de morte em vida, onde o poder sobre a vida do outro estabelece-se pela forma de comércio, isto é, a vida de um escravizado é como uma “peça”, como eram chamados, possuída por outra pessoa. Diante de condições subumanas, “nesse contexto a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é.” (MBEMBE, 2016, p.135).

Houve a abolição, contudo, lamentavelmente, não houve medidas que visassem à integração social da população negra, desse modo, continuou sendo marginalizada e tratada como inferior, tendo a sua cultura, sua religião e seus costumes discriminados e até apagados. Essa diferença de tratamento dado aos negros e aos considerados mestiços é vista até hoje, como no caso do porteiro Paulo e tantos outros que ainda sofrem com o racismo. O mito da democracia racial serviu para ocultar a segregação de parte da população, trazendo a ilusão que após a abolição a população negra seria livre e teria direitos iguais.

Retornando à vida de Lima de Barreto, a dependência do álcool que o levou a duas internações, os problemas familiares e a insatisfação com a sua carreira, tudo isso enche a vida do autor de muita tristeza. Em *Cemitério dos Vivos* Lima Barreto denunciou o tratamento dados àqueles que são considerados párias sociais, o escritor olha com estranheza para as determinações de uma sociedade preconceituosa e hipócrita. O autor deu esse nome ao livro, pois é assim que ele considera aqueles que se encontravam internados no hospital psiquiátrico, isto é, considerava mortos aqueles que por alguma desventura encontravam-se excluídos do convívio social.

### **1.3.1. A narrativa inquietante de Lima Barreto: “O que há em mim, meu Deus? Loucura? Quem sabe lá?”<sup>7</sup>**

#### Capítulo III: A Minha Bebedeira e a Minha Loucura

Ao pegar agora no lápis para explicar bem estas notas que vou escrevendo no hospício, cercado de delirantes cujos delírios mal compreendo, nessa incoerência verbal de manicômio, em que um diz isto, outro diz aquilo, e que, parecendo conversarem, as ideias e o sentido das frases de cada um dos interlocutores vão cada qual para o seu lado, eu me lembro muito bem que um amigo de minha família, médico ele mesmo de loucos, me deu, logo ao adoecer meu pai, o livro de Maudsley, *O Crime e a Loucura*. A obra me impressionou muito e de há muito premedito repetir-lhe a leitura. Saído dela, escrevi um decálogo para o governo da minha vida; entre os seus artigos havia o mandamento de não beber alcoólicos, coisa aconselhada por Maudsley, para evitar a loucura. Nunca o cumpri e fiz mal. Muitas causas influíram para que viesse a beber; mas, de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamento caro e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão e eu sem fortes conhecimentos que me arranjassem colocação condigna com a minha instrução; e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite adentro; e assim conheci o chopp, o whisky, as noitadas, amanhecendo na casa deste ou daquele. A minha casa me aborrecia, tão triste era ela! Meu pai delirava, queixava-se, resmungava, com tal ar que me parecia [...]. Eu me agastava, tanto mais que ele não tinha razão alguma. A não ser na ilha do Governador, plena roça, por aquelas épocas, cujas vantagens de moradia são fáceis de adivinhar, eu não me lembrava de ter morado em melhor casa e ter comido melhor; mas ele resmungava. De resto, tinha horror à vizinhança e, por

---

<sup>7</sup> BARRETO, 2017, p.53



isto e pelo que disse mais acima, procurei sempre entrar em casa ao anoitecer, quando todos estavam recolhidos. Era rematada tolice, porquanto eu saía para a repartição dia claro e à vista de todos. Coisas de maluco... No começo, havia dinheiro na bolsa de todos e o parati entrava como mera extravagância. O forte era cerveja; mas, bem depressa, com a fuga inexplicável do dinheiro das nossas algibeiras, a cachaça ficou sendo o nosso forte; e eu a bebia desbragadamente, a ponto de estar completamente bêbedo às nove ou dez horas da noite. O aparecimento do meu primeiro livro não me deu grande satisfação. Esperava que o atacassem, que me descompusessem e eu, por isso, tendo o dever de revidar, cobraria novas forças; mas tal não se deu; calaram-se uns e os que dele trataram o elogiaram. É inútil dizer que nada pedi. A minha dor ou as minhas dores aumentavam ainda; e, cheio de dívidas, sem saber como pagá-las, o J. M. aconselhou-me que escrevesse um livro e o levasse para ser publicado no *Jornal do Commercio*. Assim o fiz. Pus-me em casa dois meses e escrevi o livro. Saiu na edição da tarde e ninguém o leu, e só veio a fazer sucesso, para mim inesperado, quando o publiquei em livro. Desalentado e desanimado, sentindo que eu não podia dar nenhuma satisfação àqueles que me instruíram tão generosamente, nem mesmo formando-me, não tendo nenhuma ambição política, administrativa, via escapar-se por falta de habilidade, de macieza, a única coisa que me alentava na vida — o amor das letras, da glória, do nome, por ele só. Eu me senti capaz de fazer, mas de antemão sabia que não encontraria em parte alguma quem me imprimisse e tinha a íntima certeza de que não encontraria dinheiro com que me fosse possível editar o meu trabalho, especialmente o Gonzaga de Sá. Bebi cada vez mais, e, dentre muitas aventuras, algumas humilhantes, e não foram as mais o parar duas ou três vezes nas delegacias de polícia, aconteceu-me. (BARRETO, 2017, p.50-51)

Lima Barreto, internado no Hospital de Alienados, narra o seu sofrimento diante da dependência do álcool. Toda a sobrecarga de cuidar da família, as angústias e frustrações que a vida lhe trouxe, influíram para que ele começasse a beber. Queria se livrar dessa dependência, via os estragos que essa dependência causava em sua vida, e assim, desgostava da própria vida. Em *Cemitério dos Vivos*, na fala do personagem Vicente Mascarenhas relata as dificuldades que a dependência química causava em sua vida.

(...) Foi aí que eu vi bem o mal da “bebida”. Ela não me matava, ela não me estragava de vez, não me arruinava. De quando em quando, provocava-me alucinações, eu incomodava os outros, metiam-me em casas de saúde ou no Hospício, eu renascia, voltava, e assim levava uma vida insegura, desgostosa, e desgostando os outros, sem poder realizar plenamente o meu destino, que as coisas obscuras queriam dizer não ser de um simples bêbedo. Era preciso reagir. Tive mesmo desgosto que não tivesse profundamente crença numa vida futura para pedir à minha mulher morta que me iluminasse com seu espírito, que me tirasse daquela degradação, que me desviasse com preocupações quaisquer daquele infame e imundo caminho de bebedeira.

(BARRETO, 2017, p. 195)

Temia pelo seu futuro, tinha medo de se tornar uma experiência científica, não tinha muita confiança em alguns médicos e não queria ficar aos cuidados desses profissio que não lhe inspiravam confiança; “Sem ter motivo algum para isso, eu não queria ficar aos seus cuidados. Eu o tinha por muito amante de novidades, de experiências, e o meu temor é que ele viesse a cismar que eu era um magnífico campo para algumas delas.” (BARRETO, 2017, p. 192).

A loucura e como eram tratados aqueles que eram considerados inadaptados sociais foram temas constantes em sua obra. Avesso ao pensamento hegemônico de sua época, inquietava-se diante das desigualdades e injustiças do mundo. Sua inquietação não deixou que ele se calasse. Para o escritor, a literatura não era só para beleza, distração, era um dispositivo de denúncia social, de reflexão, pois só arte é capaz de transcender a realidade.

Dessa forma, a literatura barretiana pode nos auxiliar a pensar em um psicologia que extrapole os muros visíveis e invisíveis que excluem aqueles que são considerados inadaptados sociais, além de refletir criticamente sobre as forças coletivas que atravessam os indivíduos e podem interferir diretamente na saúde mental.

O autor de *Clara dos Anjos* denunciou em sua obra as injustiças, o aulicismo e as mazelas de uma sociedade presa ao pensamento colonial, estabelecendo uma relação de submissão ao modo de pensar europeu. Conforme o pensamento barretiano, essa alienação dominava grande parte da intelectualidade da “belle époque”, o que contribuía para aumentar a distância entre os intelectuais e o povo.

Para Lima Barreto, os escritores não deveriam deixar de participar da vida de seu país, omitindo-se e dizia que se a lei deveria punir diversas desonestidades, deveria punir também aquele que macula e desmoraliza a mais nobre das faculdades – o pensamento (Barreto, 2017). Diante desse fato, o autor toma como matéria-prima em seus romances, contos e crônicas, essa impropriedade e inadequação desse mimetismo cultural do qual padecia não só o Brasil, mas a América Latina de forma mais abrangente. Lima questionava para quem era o progresso, a quem favorecia, denunciando com sua sátira mordaz as discontinuidades da sua época.

Mesclando elementos ficcionais e reais, o autor também nos traz riquíssimas informações e reflexões sobre a história da psiquiatria no Brasil. Em suas anotações de *Diário de um hospício* e *Cemitério dos vivos*, Lima deu voz ao alienado, isto é, deu voz àqueles que sempre tiveram suas vozes silenciadas.

Eu tinha tudo, ou tenho tudo, para não sofrê-las, tanto mais que não as provoquei. Sou instruído, sou educado, sou honesto, tenho procurado o mais possível ter uma vida pura. Parecia que sendo assim, que sendo eu um rapaz que, antes dos dezesseis anos, estava numa escola superior, que todos me gabavam a inteligência, e mesmo até agora ninguém nega, estivesse a coberto de tudo isso. Mas eu e a sorte, a sorte e eu, nos juntamos de tal sorte, nos irmanamos, que vim a passar por tranes desses. (BARRETO, 2017, p. 57)

Lima deu voz aos alienados, aos periféricos, aos negros, aos mestiços, contudo, não teve escuta; sua obra sofreu uma tentativa de apagamento, mas não só resistiu, como também deu potência a outras vozes que tentaram e ainda tentam insurgirem-se contra as formas de poder opressoras. Lima Barreto lança luz sobre questões que podem impactar na saúde mental das

peessoas, porém muitas vezes são ignoradas na busca de uma cura universal. Suas observações alertam-nos para a necessidade de reflexão e de uma escuta atenta para que práticas cristalizadas não sejam perpetuadas.

Foucault (2007) propõe um olhar mais atento para os processos de subjetivação pela cultura e traz à luz a discussão sobre a trajetória da loucura não como oposição à razão, mas como uma aversão à ordem social, uma aversão às determinações vigentes do horizonte histórico. A desinstitucionalização da loucura é um tema crucial na obra de Foucault. Estudar a loucura é também investigar as relações que se estabelecem nos espaços institucionais. Uma das questões levantada por Foucault é como são tratados aqueles que são considerados diferentes, não se referindo somente aos loucos, mas aos homossexuais, aos negros e todos aqueles que são excluídos.

Na concepção foucaultiana, as relações de poder e de saber são correlações de força que constituem os espaços institucionais, assim ele nos auxilia a pensar numa mudança dessas relações, refletir sobre essas verdades instituídas que circulam na sociedade e restringem os modos de ser dos indivíduos. Pensar em políticas públicas é pensar nas inúmeras possibilidades de garantir vida digna para todos. Foucault (1972) propõe a pensar numa mudança nessas relações, refletir sobre essas “verdades” instituídas que norteiam e cerceiam os modos de ser do homem, propondo uma ruptura no regime de verdade que é produzida nos enunciados científicos. Para Foucault, a verdade é produzida nas múltiplas coerções que existem no mundo e nele produz efeitos regulamentados de poder. Os tipos de discurso que cada sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeira é o que passa a ser seu regime de verdade, e por verdade pode-se entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção. Pode-se dizer que o importante para Foucault não é saber qual é o poder que age do exterior para a ciência, mas quais efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos.

Com sua obra ficcional e ao mesmo tempo de denúncia da realidade, Lima Barreto nos chama atenção para a pressa em dar diagnósticos, para os rótulos que aprisionam o indivíduo nas determinações do impessoal, além de denunciar como eram tratados aqueles que eram considerados “loucos” no Brasil. Quais são as forças que operam numa sociedade de produção? Lima questionava os critérios da ciência para julgar o que era loucura:

Por que a riqueza, base de nossa atividade, coisa que, desde menino, nos dizem ser o objeto da vida, da nossa atividade na terra, não é também causa da loucura? Por que as posições, os títulos, coisas também que o ensino quase tem por meritório obter, não é causa de loucura? (BARRETO, 2017, p.56)

Em *Cemitério dos vivos*, Lima alerta-nos para pensar sobre os regimes de verdade que estão na base do discurso científico. O que é loucura? O que é cura? O que é lucidez? São essas

e outras questões que levam o leitor a refletir nessa narrativa inquietante de Lima Barreto, além de mostrar como a literatura pode ser uma fonte de discussão social. Ao ser internado, o autor narra a vergonha que sentiu ao tomar banho nu no pátio do hospital:

Tiram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão. [...] Deram-me uma caneca de mate e, logo em seguida, ainda dia claro, atiraram-me sobre um colchão de capim com uma manta pobre, muito conhecida de toda a nossa pobreza e miséria. (BARRETO, 2017, p.34)

Lima Barreto relata como eram tratados aqueles que se encontravam nos asilos psiquiátricos. De um dia para outro, vê-se ali desamparado. Num dia era um servidor público, um jornalista, um escritor, no outro, torna-se apenas mais um interno do hospital psiquiátrico.

Tinha que ser examinado pelo Henrique Roxo. Há quatro anos, nós nos conhecemos. Ele me parece desses médicos brasileiros imbuídos de um ar de certeza de sua arte, desdenhando inteiramente toda outra atividade intelectual que não a sua e pouco capaz de examinar o fato por si. Acho-o muito livresco e pouco interessado em descobrir, em levantar um pouco o véu do mistério – que mistério! - que há na especialidade que professa. Lê os livros da Europa, dos Estados Unidos, talvez, mas não lê a natureza. Não tenho por ele antipatia; mas nada me atrai nele. (Idem, p.37)

O autor, internado em um hospital psiquiátrico, questiona os conhecimentos que se impõem como verdade, crítica o pensamento generalizante da ciência que não compreende as diferenças. Faltava aos médicos, o exercício da desconstrução, faltava-lhes a capacidade de não posicionar o paciente como objeto e de enxergar aqueles que ali se encontravam sem determinações prévias.

Eu passei, desde a minha entrada no pavilhão, nas mãos de cinco médicos. Os daquela primeira dependência, já falei; os da Seção Pinel, já aludi. Principalmente ao adjunto ou que outro nome tenha. Não falei do chefe de serviço. Era um moço de minha idade, conhecido da rua, mas conforme meu hábito, já que ele não se deu a conhecer, eu não me dei também. Em rigor, ali, doente indigente, pária social, a mais elementar dignidade fazia eu não o fizesse e, por estar em tal estado, temia-o muito. Sentia, não sei por quê, nesse rapaz, um grande amor à novidade, uma pressa e açoitamento, muito pouco científicos, em experimentar o ‘remédio novo’. Percebia-se pelo seu ar abstrato, distraído, que era um homem de leituras, de estudos; mas também, por não sei que ar de fisionomia ou de olhar, que era inquieto e sôfrego. Faltavam-lhe a capacidade de meditação demorada, da paciência de examinar durante muito tempo o pró e contra de uma questão; não havia nele a necessidade de reflexão sua, de repensar o pensamento dos outros até admitir como sua a evidência, tida por um outro como tal. (BARRETO, 2017, p.36)

Lima fala da pressa, do método do medo de ser cobaia de um novo experimento. Analisa criticamente a condição privilegiada do médico que não exige de si mesmo uma reflexão demorada sobre sua ação. Uma medicina que se posiciona como colonizadora, como dona dos corpos que ali se encontram, uma clínica que revela, conforme Carvalhaes (2019), formas de poder circulantes os quais persistem em dimensionar a loucura como apenas doença mental e determinados corpos como descartáveis e aprisionáveis.

Essa sua falta de método, junto a minha condição de desgraçado, davam-me o temor de que ele quisesse experimentar em mim um processo novo de curar alcoolismo em que

se empregasse uma operação melindrosa e perigosa. Pela primeira vez, fundamentalmente, eu senti a desgraça e o desgraçado. Tinha perdido toda a proteção social, todo o direito sobre o meu próprio corpo, era assim como um cadáver de anfiteatro de anatomia. Felizmente, fui logo transferido, mas não sem passar dolorosos minutos a espera de ser vítima desse vício mental dos nossos métodos. Pouco lógicos, por isso demasiadamente objetivos; impacientes, por isso aceitando em globo, a “autoridade”, arriscam-se de boa-fé cometer os erros mais grosseiros e funestos no exercício de sua profissão. Falta-lhes crítica, não só a mais comum, mas também a necessária do grau de certeza da experiência e dos instrumentos em que as refazem. (BARRETO, 2017, p.194)

Entre os caminhos da lucidez e da loucura, vida e ficção entrecruzam-se, auxiliando-nos a repensar os conceitos delimitados sobre a origem ou a causa da loucura.

Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo o problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem, sem explicação; mas que tratassem e curassem as mais simples formas. Até hoje tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; e os doutores mundanos ainda gritam nas salas diante das moças embasbacadas, mostrando os colos e os brilhantes, que a ciência tudo pode. (Idem, p.34)

Será que a ciência tudo pode? O romancista questiona o poder dos manicômios, o poder da ciência, o poder da polícia. Em *Cemitério dos vivos*, escritor traz um raro documento da psiquiatria do Brasil pela voz do alienado. O autor diz que todas as explicações sobre a loucura lhe pareciam pueris, duvidava, sabia que tinha algo além, mas no lugar do alienado, negro e pobre, sofreu preconceitos. De acordo com Hidalgo (2008, p.241), Lima Barreto, “o **a-social malcomportado, pobre, negro, bêbado**, íntimo da loucura, não se calaria, explicitá-lo-ia, faria os mundos colidirem”.

Apesar de todas as dificuldades diante da dependência do álcool e das decepções da vida, Lima não deixou de escrever, de colocar suas reflexões acerca de modos de vida impostos. Lucidamente questiona-se a si próprio, mesmo criando o personagem Vicente Mascarenhas em *Cemitério dos Vivos* é a ele próprio que dirige esse pensamento:

Oh! meu Deus! Como eu tenho o possível para extirpá-lo e, parecendo-me que todas as dificuldades de dinheiro que sofro são devidas a ele, por sofrê-las é que vou à bebida. Parece uma contradição; é, porém, o que se passa em mim. Eu queria um grande choque moral, pois físico já os tenho sofrido, semimorais, como toda a espécie de humilhações também. Se foi o choque moral, pois físico já os tenho sofrido, semimorais, como toda a espécie de humilhações também. Se foi o choque moral da loucura progressiva de meu pai, do sentimento de não poder ter a liberdade de realizar o ideal que tinha na vida, que me levou a ela, só um outro bem forte, mas agradável, que abrisse outras perspectivas na vida, talvez me tirasse dessa imunda bebida que, além de me fazer porco, me faz burro. (BARRETO, 2017, p.45)

Tornando-se a voz dissonante do seu tempo, Lima Barreto auxilia-nos a compreender melhor os discursos de opressão e de exclusão que perpetuam os privilégios de uma pequena parte da sociedade e a exclusão de grande parte da população das garantias de direitos que

possam assegurar-lhes uma melhor qualidade de vida e garantia de direitos. Dessa maneira, pode-se dizer a leitura dos escritos de Lima Barreto e suas repercussões no campo político-social fornecem subsídios para se pensar na elaboração de políticas públicas que não reforce os modelos hegemônicos vigentes e discursos opressores e normatizantes, ou seja, políticas não aliadas à lente dos colonizadores. A obra barretiana ressalta a importância da resistência, a necessidade de dar escuta às vozes insubmissas como a de Lima Barreto para contribuir na criação de novas concepções de cuidado não só da saúde mental, mas no cuidado da própria existência humana.

## 2. Saúde mental, psicologia social e políticas públicas

Neste capítulo, pretende-se trazer um pouco sobre o começo das políticas médicas manicomial do início do século XX no Brasil e fazer um breve resumo sobre o contexto do surgimento de políticas sociais que vislumbravam a garantia de direitos fundamentais para toda a população brasileira. No Brasil, observou-se durante um longo tempo uma luta por dignidade dos pacientes internados em hospitais psiquiátricos devido aos maus tratos e abusos a que eram muitas vezes submetidos. Tais abusos também são citados por Lima Barreto, principalmente na sua crítica ao modo como os “loucos” eram vistos pela medicina. Criticava o fato de a ciência médica focar somente a doença, e, muitas vezes, tratar com indiferença o sujeito, como se o biológico e o social fossem dissociáveis. Assim, a ciência médica passa a ocupar um lugar de controle social, lugar que antes era ocupado pela religião e pela lei (FREITAS, 2015).

### 2.1. O início da medicalização da loucura: um pouco sobre reforma psiquiátrica brasileira

Em 1851 foi inaugurado o primeiro hospital dedicado a alienados, o Hospício Pedro II – o qual, consoante Schwarcz (2017), simbolizou o passo inicial para a medicalização da loucura.

Mas, no contexto da Primeira República, na ânsia da mudança rápida dos nomes que lembrassem o Império e na introdução mais agressiva de métodos de "exclusão dos doentes" que circulavam pelas ruas, é que o Hospício de Pedro II virou manicômio nacional. Foi então desvinculado da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e integrado ao governo federal sob a denominação de Hospício Nacional de Alienados. A criação das Colônias de Alienados da Ilha do Governador buscava justamente superar o problema de sua superlotação e da convivência de pacientes curáveis e incuráveis num mesmo estabelecimento. Assim, em 21 de junho de 1890, por meio do decreto nº 508, artigo 79, ordenou-se a existência de um corpo de funcionários especialmente designado para o local - um diretor, um médico, um almoxarife, um escriturário, dois internos, dois enfermeiros-mores, dois despenseiros, um maquinista, um carpinteiro, um barbeiro, um oficial de farmácia, enfermeiros, guardas, mestres de oficina, cozinheiros, copeiros, lavradores, padeiros, remadores, campeiros e serventes. (SCHWARCZ, 2017, p.86)

Com os novos tempos, com a República e o cientificismo, foram implementadas políticas médicas que visavam à garantia da ordem nas cidades. Assim, o objetivo inicial da criação das colônias de alienados era recuperar mendigos e indivíduos ociosos. As colônias de Alienados eram caracterizadas como estabelecimentos agrícolas, onde os pacientes desenvolviam sua terapia médica a partir do trabalho, modelo pautado em experiências europeias (SCHWARCZ, 2017). Conforme a autora supracitada, as colônias de alienados deveriam ser dirigidas com rigor científico a fim de curar aqueles considerados doentes mentais.

O primeiro diretor das Colônias de Alienados foi o dr. Domingos Lopes da Silva Araújo, contratado conjuntamente com João Henriques de Lima Barreto. Em 5 de março de 1890 o pai de Lima foi nomeado escriturário das colônias de S. Bento e Conde de Mesquita. Conforme, o regulamento expedido em junho, caberia à sua

função “fazer a correspondência do diretor; organizar os mapas de frequência de todo o pessoal das colônias .....

(...) O primeiro relatório assinado pelo diretor traz ainda informações indiretas sobre as instalações físicas das colônias, que exigiram uma intervenção urgente do governo. Essa situação de provisoriedade, herdada do Asilo de Mendicidade, perdurou durante todos os anos de funcionamento das colônias, sendo esse, aliás, um dos fortes motivos para que o então diretor da Assistência, Juliano Moreira, nomeados em 1903, defendesse a construção de uma nova colônia em Jacarepaguá, finalmente inaugurada em 1924. (SCHAWARCZ, 2017, pp.86-87)

O pai de Lima Barreto torna-se então escriturário da Colônia de Alienados na Ilha do Governador e, a partir daí, a loucura passa a fazer parte do cotidiano da família. Anos depois, João Henriques é acusado de furto e adocece. Com a doença do pai, a família muda-se para o bairro de Todos os Santos no subúrbio do Rio de Janeiro, onde pai e filho vivem até a morte em 1922. Devido aos gritos de João Henriques, a casa em Todos os Santos, ficou conhecida como a casa do louco (BARBOSA, 2017).

No conto Como o homem chegou, Lima fala do enclausuramento destinado aos “loucos”. O personagem, um homem pacato, é transferido em um carro forte para o hospital psiquiátrico, aonde já chega morto. Lima fala da indiferença e das violações de direitos:

Mais ou menos assim, levaram dois anos e foram chegar à aldeia dos Serradores, margem do Tocantins.

Quando aportaram, havia na praça principal uma grande disputa, tendo por motivo o preenchimento de uma vaga na Academia dos Lambrequins.

Logo que Barrado soube do que se tratava, meteu-se na disputa e foi gritando lá a seu jeito e sacudindo as perninhas:

— Eu também sou candidato! Eu também sou candidato!

Um dos circunstantes perguntou-lhe a tempo, com toda a paciência:

— Moço: o senhor sabe fazer lambrequins?

— Não sei, não sei, mas aprendo na academia e é para isso que quero entrar.

A eleição teve lugar e a escolha recaiu sobre um outro mais hábil no uso da serra que o doutor recém-chegado.

Precipitou-se por isso a partida e o carro continuou a sua odisséia, com o acompanhamento do burro, sempre a olhá-lo longamente, infinitamente, demoradamente, cheio de piedade impotente. Aos poucos os urubus se despediram; e, no fim de quatro anos, o carrião entrou pelo Rio adentro, a roncar pelas calçadas, chocalhando duramente as ferragens, com o seu manco e compassivo burro a manquejar-lhe à sirga.

Logo que foi chegado, um hábil serralheiro veio abri-lo, pois a fechadura desarranjara-se devido aos trancos e às intempéries da viagem, e desobedecia à chave competente. Sili determinou que os médicos examinassem o doente, exame que, mergulhados numa atmosfera de desinfetantes, foi feito no necrotério público.

Foi este o destino do enfermo pelo qual o delegado Cunsono se interessou com tanta solicitude. (BARRETO, 1990, p.13)

Como já foi dito, a ciência médica começa a ocupar também o lugar de controle social e para as colônias de alienados eram encaminhados aqueles que ofereciam riscos à ordem social.

Definidos como “isolador[es] por excelência”, os asilos deveriam ser dirigidos com disciplina científica: “firme, sem aspereza”. Segundo Teixeira de Sousa, a psiquiatria seria a única ciência capaz de fazer o “sequestro asilar” um ato que nada teria de arbitrário, na medida em que defendia a coletividade sem prejuízo da liberdade individual. Conforme explicava o mesmo alienista: “o melancólico, o alienado suicida



ou de impulsões destruidoras, encontrará [...] a calma que lhe é mister, aos maníacos agitados e em furor se depararão meios de contenção, sem constrangimento”. O asilo fechado seria, pois, o estabelecimento mais adequado para a admissão, tratamento e observação dos casos agudos suscetíveis de cura. (SCHWARCZ, 2017, p. 90)

Lima Barreto, após as duas internações em um hospital psiquiátrico, nos possibilita refletir, pela perspectiva do “doente mental”, o modo como a loucura é pensada e tratada pela ciência médica:

A loucura se reveste de várias e infinitas formas; é possível que os estudiosos tenham podido reduzi-las em uma classificação, mas ao leigo ela se apresenta como as árvores, arbustos e lianas de uma floresta: é uma porção de coisas diferentes. Uma generalização sobre o seu fundo pecaria pela base. Choque morais, deficiência de inteligência, educação, instrução, vícios, todas essas causas determinam formas variadas e desencontradas de loucura; e, às vezes, nenhuma delas o é. (BARRETO, 2017, p. 169)

Nos termos de Amarante (2013), no início do século XX, alguns alienistas brasileiros, como Waldemar de Almeida, apoiaram fervorosamente a política das primeiras colônias de alienados criadas após a Proclamação da República. Os alienistas acreditavam que o trabalho terapêutico realizado nos asilos poderia estimular a vontade e a energia, e assim, fazer desaparecer os vestígios da loucura.

As duas grandes Guerras Mundiais fizeram com que a sociedade passasse a refletir sobre a natureza humana, tanto sobre a crueldade quanto sobre a solidariedade existentes entre os homens e foram criando assim condições de possibilidade histórica para outro período das transformações psiquiátricas. Após a Segunda Guerra, a sociedade dirigiu seus olhares para os hospícios e descobriu que as condições de vida oferecidas aos pacientes psiquiátricos ali internados em nada diferenciavam daquelas dos campos de concentração: o que se podia constatar era a absoluta ausência de dignidade humana! Assim nasceram as primeiras experiências de ‘reformas psiquiátricas’. (AMARANTE, 2013. P.40)

Em *Diário do hospício* e em *Cemitério dos Vivos*, Lima Barreto descreve o tratamento dado aos internos, denunciando os abusos praticados nas instituições psiquiátricas, como já foi citado anteriormente. Através da Literatura, da arte, falou diretamente aos seus leitores, impactando com seus relatos e reflexões. Conforme Amarante (2013, p.13), “o mais profundo e rigoroso tratado científico não consegue, na maioria das vezes, falar tão diretamente à alma como uma boa obra de arte.”

No final da década de 70, teve início no Brasil o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, o qual depois transformou-se no Movimento Nacional da Luta Antimanicomial. Esta foi a protagonista da reforma psiquiátrica no Brasil. (AMARANTE; CRUZ, 2015)

Com a reforma foram fechados milhares de leitos psiquiátricos e foi implantada uma rede significativa de dispositivos e serviços de saúde mental. Segundo Amarante (2013), a reforma psiquiátrica não é uma simples transformação do modelo assistencial, porém uma

transformação de mentalidades, de relações sociais, de referências científicas e de formas de ver e estar no mundo. A proposta é construir um novo lugar social para o que é chamado de loucura.

Salienta-se que, quando se refere à saúde mental, não se refere somente ao tratamento de transtornos mentais, ou pelo menos não deveria. O campo da saúde mental é complexo e multifatorial e não se limita somente a um campo do saber, a uma verdade universal. Entretanto, no que diz respeito às questões psíquicas, são múltiplos saberes que se entrecruzam. Nesse sentido, não há a possibilidade de se delimitar as fronteiras de estudo dessa área, O que se pretende neste momento é ressaltar que quando se aborda o assunto saúde mental, não se restringe apenas aos transtornos mentais, mas vê a saúde mental como um conjunto de fatores que contribuem para a melhoria da qualidade de vida daquele que se encontra em sofrimento psíquico. Estes fatores não se referem apenas ao campo biológico e psíquico, mas também ao social. Nessa perspectiva, é necessário sair do pensamento dicotômico, tais como: saúde x doença; loucura x sanidade. Tais pensamentos podem levar a estigmatizações e padronizações que não consideram o ser humano na sua integralidade, ignorando a sua constituição biopsicossocial e, além disso, desconsiderando os modos plurais da existência.

## **2.2. Psicologia Social e Políticas Públicas: o contexto de surgimento de políticas sociais**

Pode-se dizer que no início da psicologia social no Brasil, tínhamos em nossa herança uma espécie de réplica acrítica da psicologia social que se desenvolveu nos Estados Unidos, fundamentada nos pressupostos positivistas e individualistas. Somente a partir das décadas de 1980 é que vislumbra-se novas perspectivas da psicologia social no Brasil com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). A partir desse momento, a psicologia passa a se articular mais com outras áreas e a se inserir no campo das políticas públicas.

A Abrapso surge em 1980 no Brasil através da mão de alguns pesquisadores, dentre tantos outros, Silvia Lane, Lane e Codo organizam em 1984 a obra marco da ruptura da psicologia social brasileira: “Psicologia social: o homem em movimento”. Aqui o rompimento com a psicologia social norte-americana está claramente colocado. A discussão de fundo é como extrair entidades psicológicas de fenômenos sociais. O materialismo histórico-dialético ditava as discussões da época. Também conhecida como a psicologia marxista, tal perspectiva no Brasil rompe de vez com a psicologia social cientificista norte-americana.

[ ... ]

O contexto da época do surgimento da Abrapso: o país mergulhado na ditadura militar. Hoje a realidade parece ser outra. Os países latino-americanos conseguem construir uma produção em psicologia social que não deixa nada a desejar a produção do restante do Ocidente. Contextualizada, histórica, preocupada com a cultura, valores, mitos e rituais, brasileiros e latino-americanos em geral, já não veem mais necessidade de importação desenfreada de teorias e métodos cientificistas.... (BERNADES, 2009, p.30)

De acordo com Passone (2013), as discussões em torno dos projetos políticos autoritários e o fortalecimento das organizações da sociedade civil têm reforçado a importância da redefinição dos limites entre o interesse público e o privado, a fim de desconstruir os modelos autoritários e/ou formas privatizadas de poder. Nesse contexto, ressalta-se a necessidade de a Psicologia se colocar em defesa dos direitos sociais e humanos. Para tanto, é necessário pensar na construção de um trabalho interdisciplinar que desconstrua uma visão elitista da psicologia como uma técnica que vê o sujeito no aspecto particular, dando lugar para um olhar mais social e coletivo, considerando o sujeito aquele que faz laço no e pelo social.

Desse modo, a psicologia brasileira tem-se demonstrado um ator imprescindível, objetivando ações para apoiar os profissionais que atuam em diversos setores de políticas pública e para aprimorar a implementação de políticas sociais e a garantia de direitos, problematizando as práticas sociais implicadas, ou que deveriam estar implicadas com as políticas sociais, participando da construção social da realidade e produzindo referências sobre a atuação da Psicologia no campo das políticas públicas. (PASSONE ;PEREZ, 2013, p.626 e 627)

Entretanto, vale ressaltar que para alcançar tais objetivos, isto é, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, é necessário prioritariamente reduzir, entre outros fatores, a enorme desigualdade social do país. Para que efetivamente promova-se o respeito e o cuidado com questões básicas de cidadania, é imprescindível que se tenha uma visão integrada dos sujeitos, em uma visão integrada dos aspectos que afetam diretamente a sua vida cotidiana, como exemplos: saúde, emprego, educação, habitação, liberdade de ir e vir, lazer etc., ou seja, enxergar o sujeito no seu aspecto biopsicossocial, considerando os diversos modos de sentir e de viver. Neste novo cenário, o psicólogo passa a atuar também em outros espaços, além do consultório: na saúde, na educação, na justiça, na assistência social.

No campo das políticas públicas sociais, a Psicologia, enquanto ciência e profissão, assim como os psicólogos, ganharam espaço e lócus de atuação, diante do advento das Normativas Internacionais e Nacionais, no que se refere à garantia de direitos dos cidadãos e da instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com seus estabelecimentos específicos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que atualmente estão instalados em grande parte do País (BRASIL, 2004). (SILVA ; BENELLI, 2021, p.4)

Diante de uma nova política de Assistência Social, novos atores entraram em ação para a garantia de direitos fundamentais dos cidadãos. Nesse contexto, os estudos da Psicologia Social abrem espaço para uma reflexão crítica sobre a realidade vivida pelo sujeito, não dicotomizando ser humano x mundo, mas refletindo sobre os efeitos dos agenciamentos coletivos no indivíduo. Para tanto, surge então a necessidade da criação de

espaços de compartilhamento de saberes com o intuito de que seja possível estabelecer diálogos e pensar em novas possibilidades para o enfrentamento de problemas estruturais na sociedade que impactam diretamente na vida das pessoas.

Os espaços da intersetorialidade são espaços de compartilhamento de saber e de poder, de construção de novas linguagens, de novos conceitos que não se encontram estabelecidos ou suficientemente experimentados. Há necessidade de um exercício permanente de paciência e de negociação, pois ninguém está acostumado a ficar pensando no assunto que é do outro; além disso, algumas vezes se percorrem caminhos já esgotados setorialmente, outras vezes surgem questões novas que jamais seriam pensadas do ponto de vista setorial. Os caminhos da construção da intersetorialidade são tortuosos, pois o novo é novo, mas também é incompleto, cheio de imperfeições e desafios, vem sempre carregado do velho e precisa sempre ser reinventado outra vez. E aprender a conviver com a incerteza, com a insegurança de não dispor de todas as respostas é parte importante do processo. Por isso mesmo, esses não são caminhos fáceis; envolvem sofrimento e confusão, ao lado do prazer da descoberta de novos olhares, novas possibilidades e novas saídas. (PREFEITURA DO RIO, 2010)

Ressalta-se que esses novos caminhos não são fáceis, porém são cruciais para a construção de processos políticos democráticos que garantam a participação ativa da população na formulação das políticas públicas e sociais, destacando a interlocução entre diversas áreas do saber. Embora a psicologia já tenha avançado bastante na sua inserção no campo social e nas políticas públicas, percebe-se ainda que as universidades ainda têm maior foco para atuação do psicólogo na clínica individualizada. Além disso, observa-se, muitas vezes, que a construção de manuais e cartilhas ainda é visto como suficiente para trabalhar nas políticas públicas, reforçando modelos hegemônicos de pensamento que não considera a liberdade e a singularidade da existência e ressalta modelos dicotomizados de saúde x doença; certo x errado. Isto não quer dizer que a construção de cartilhas seja irrelevante, mas que é necessário ir além dos manuais. Além disso, não se pode desconsiderar o avanço do trabalho do psicólogo em diversas novas áreas de atuação que possam contribuir para o respeito dos direitos fundamentais e para a promoção da igualdade.

De acordo com a Constituição de 1988, a qual estabeleceu diretrizes para a efetivação das políticas públicas no Brasil, entende-se por políticas públicas o conjunto de práticas e normas que visam a solucionar problemas públicos que afetam uma coletividade, no campo da saúde, da educação, da assistência social, cultura etc. Embora, atualmente seja muito comum ouvir falar de políticas públicas, é notório o distanciamento entre o que se aplica em discursos e cartilhas sobre o tema e o que se tem efetivamente na prática. Para o desenvolvimento de políticas públicas que visem ao bem-estar de toda a população, é preciso o envolvimento de diversos setores da sociedade, a fim de que desenvolvam políticas que tenham como objetivo a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos sem exceção.

Contudo, em um país que historicamente sempre ocupa os piores lugares em distribuição de renda, onde ainda se convive, convive com a persistência de desigualdades históricas, as políticas públicas implementadas não asseguram a satisfação das necessidades básicas, principalmente para aquela parte da população que sempre foi negligenciada. A falta de interlocução e cooperação entre os gestores dificultam a implementação de políticas que promovam o bem-estar da sociedade.

Romagnoli, Neves e Paulon (ROMAGNOLI, 2022) denunciam as tensões que emergem no trabalho do psicólogo nas políticas públicas, uma vez que práticas de cuidado e práticas de controle coexistem sustentando hierarquias e relações de poder que naturalizam a miséria e a vulnerabilidade dos sujeitos.

Em discussão com Michel Foucault, as autoras chamam a atenção para a constituição da subjetividade a partir do saber das disciplinas, indissociável do poder que incide diretamente sobre o sujeito para a gerência da vida. Essas relações se dão por meio de estratégias e discursos, produzindo modos de existência passivos e formas de cuidar calcadas na naturalização. (ROMAGNOLI, 2022, p.3)

A cisão indivíduo x sociedade enfatiza uma subjetividade individualizada, desconsiderando as questões históricas, sociais e culturais que atravessam os indivíduos. De acordo Romagnoli (2022), nas políticas públicas, as práticas dos psicólogos devem combater os conhecimentos que se impõem como verdade, generalizante e simplificado. É necessário que o psicólogo saia das dicotomias que tendem a perpetuar modos de ser hegemônicos que desconsideram a diversidade e a complexidade da existência humana. Tais dicotomias são: certo/errado; melhor/pior; saúde/doença; verdadeiro/falso, essa visão pautada em dicotomias leva a uma padronização nas formas de intervir, simplificando os agenciamentos que cada um faz da vida. Desnaturalizar as verdades estabelecidas possibilita desvelar novas possibilidades da existência.

Nesse cenário, a Psicologia enfrenta o desafio de qualificar o seu profissional no que se refere à atuação em políticas públicas, de criar referências para as suas práticas, de forma a incluir a perspectiva socio-histórica de ciência e análise de tais ações e a garantir o patrimônio histórico da cidadania, representado pelos nossos direitos civis, políticos e sociais, combatendo discursos, organizações e práticas regressivas e autoritárias de controle e poder.

Gonçalves lembra-nos que "a necessidade de nos debruçarmos sobre a própria prática da profissão, pensando em seu fazer político. (PASSONE; PEREZ, 2013, p.619)

Partindo desses pressupostos, questiona-se então: Qual seria o papel do psicólogo no que se refere à questão da saúde mental? Será que elaborar cartilhas que normatizem alguns modos de se articular com o mundo, dicotomia usando o que é normal e o que é patológico dá

conta de resolver a complexidade da existência humana? Será que a ciência nunca se enganou em suas previsões? Pensar a doença como ela é vivida pelo doente e como ela é explicada na visão fisiológica abre espaço para uma clínica do sujeito<sup>8</sup>, uma clínica mais humanizada, “uma clínica que assuma uma dimensão ética do cuidado de si como exercício de reinvenção criativa da vida.” (CARVALHAES, 2019, p.11) e não um dispositivo de controle de condutas humanas.

Pensar as ações e práticas da psicologia nesse novo cenário, é pensá-la como um direito de todos e não limitada apenas a determinados grupos sociais. Dessa maneira, para romper com padrões normativos que muitas vezes oprimem e não consideram a diversidade humana, é importante ampliar o debate sobre qual é o lugar do psicólogo no contexto social e político do Brasil, a fim de que seja possível criar políticas que visem a potencializar os sujeitos inseridos nos processos históricos de exclusão do país.

Na racionalidade do controle, afirmamos a Psicologia como parte das engrenagens que articulam "regimes de verdade" (FOUCAULT, 2003) sociedade e que implica em perspectivas normalizadoras da população. Neste regime político de regulação da vida, engendramos discursos que circunscrevem uma suposta noção racional de normalidade associadas às classes médias e altas, à branquitude, à heterossexualidade, Às sociedades urbanas ocidentais, aos centros urbanos, ao casamento, à reprodução, ao espaço doméstico e a noções de honestidade, decência e sensatez. Nesta mesma matriz de inteligibilidade, uma perspectiva de anormalidade é amplamente correlacionada à pobreza, a desequilíbrio psíquico, à negritude, à insubmissão, a espaços públicos, às classes populares, às sexualidades ditas desregradas. à subalternidade aos movimentos sociais. (CARVALHAES, 2019, p.7)

Cabe então ao psicólogo tomar cuidado para não engendrar discursos e práticas que reforcem esses modelos de exclusão, considerando a subjetividade como produção exclusivamente individual, destituída de sua dimensão social, plural e localizada. Uma concepção aliada à lente dos colonizadores tece “um viés de Psicologia como dispositivo que conforma existências enlatadas, reforçando discursos opressores e normatizadores.

(...) Psicologia que se atualiza como neoliberal, na medida em que contribui para converter a potência inventiva das pessoas em "força reprodutiva da forma-dinheiro" (MBEMBE, 2017, p. 13), sendo que a "felicidade depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente a sua vida íntima e de oferecê-la num mercado como produto de troca" (IDEM, p. 15). Mbembe ainda ressalta que neste enfoque científico, nos somamos a processos de produção dos seres humanos em espectadores de suas próprias vidas, em coisas animadas, em dados digitais e em códigos. Assim, a Psicologia/controla faz parte de uma rede 'transnacional de repressão' (MBEMBE, 2017, p.17), ao engendrar e legitimar discursos e práticas constituídas a partir de racionalidades binárias (normal/anormal, homem/mulher, branco/preto, heterossexual/homossexual, central/periférico, adequado/pervertido). Dispositivo psicológico que implica na localização da subjetividade como produção exclusivamente individual. destituída de sua dimensão social, plural e localizada. (CARVALHAES, 2019, p.8)

---

<sup>8</sup> Na concepção da psicologia fenomenológica-existencial a relação sujeito-mundo não é dicotomizada, homem e mundo se articulam mutuamente, trazendo à tona a existência em sua indeterminação constitutiva.

Lima Barreto, ao trazer as questões sociais que afetam diretamente o indivíduo, como a questão do racismo e o preconceito social, salienta a necessidade de se pensar na dimensão social das subjetividades construídas em meio a discursos que inferiorizam determinados grupos sociais, problematizando o paradigma de controle eurocêntrico. Acima de tudo, Lima Barreto traz à luz como essas questões impactam na vida dos indivíduos, trazendo reflexões sobre a loucura.

### **2.3. A multidisciplinaridade no campo da saúde mental**

A busca por uma visão mais integralizada do ser humano vem expandindo as fronteiras que delimitavam a atuação de diferentes profissionais da área da saúde, da educação, da saúde mental e da assistência social. Compreendendo o ser de forma integralizada, no seu aspecto biopsicossocial, a saúde passa a não ser vista somente como ausência de doença, esta que é individualizante e muitas vezes discriminatória; porém, a saúde passa a ser compreendida como um completo estado de bem-estar, considerando os aspectos físico, mental e social .

De acordo com Canguilhem (1990), analisar um sintoma apartado de outros fatores que atravessam o sujeito, sem um pano de fundo, seria mais um julgamento de valor do que a realidade. Nessa acepção, o que é doença ou o que é saúde estaria diretamente relacionado à verdade de cada sujeito. Canguilhem (1990) questiona a visão de que a doença possa ser efetivamente uma realidade objetiva, alheia ao processo de vida do sujeito.

Assim a vida é considerada uma atividade normativa, já que institui normas (CANGUILHEM, 1990, p. 97). As ciências da vida são as únicas que têm patologia, não é possível, por exemplo, falar em patologia na mecânica, porque a vida está longe de ser indiferente as condições que lhe são impostas, a vida é polaridade (CANGUILHEM, 1990, p. 99). A técnica humana prolonga impulsos vitais a serviço dos quais tenta colocar um conhecimento sistemático que os livraria das tentativas e erros da vida, que são inúmeros, e muitas vezes saem caro. Portanto, é o vivente humano que diz à Medicina o que é normal e, portanto, qual é o ideal de saúde a ser atingido. (SILVA, 2005, p. 4).

Desse modo, para fazer uma desconstrução de modelos vigentes, é necessário pensar além das dicotomias, além do normal e do patológico, afinal quem determina o limite entre eles? Sair de posições que restringem tanto os sujeitos como a própria atuação da psicologia. Para isso, é indispensável criar espaços de interlocução e reflexão para que se possa pensar em novas formas de lidar com a vida e com os diversos modos de existir. Para romper com essas práticas assistencialistas e medicalizantes, é preciso sair do pensamento generalizante que se impões como verdade. Duvidar, estranhar, desnaturalizar verdades estabelecidas pelo horizonte histórico possibilita a construção de outras práticas de cuidado, saindo da medicalização e da pedagogização dos corpos. Isso não significa ignorar a ciência, todavia significa desvelar novas possibilidades de se articular com o mundo.

### 3. MARCADORES DE EXCLUSÃO EM LIMA BARRETO

Neste capítulo, intenciona-se discutir como marcadores sociais da diferença como raça, gênero e classe social posicionam as pessoas de forma diferente no mundo, definindo papéis sociais e criando estereótipos e estigmas que reforçam os sistemas de opressão herdados do pensamento colonial. Pretende-se também verificar como a falácia da democracia racial corroborou com as estratégias de dominação da branquitude.

#### 3.1. A interseccionalidade na obra barretiana

Ser branco no Brasil é conceito, ser negro é pré-conceito. (BARRETO, 2017, p.74)

Pode-se dizer que Lima Barreto abriu um novo modo não só de pensar a Literatura brasileira, mas também inaugurou um modo distinto de olhar a sociedade brasileira. Sua voz dissonante no meio literário do início do século XX, convidou-nos a olhar de forma crítica os modelos e determinações sociais impostas pelo meio social. A obra de Lima explicita problemas nacionais que ficavam velados no meio literário, assim como o racismo e o preconceito social. As narrativas do autor abrem o caminho para se pensar na inseparabilidade de marcadores sociais, como raça, gênero, território e classe social para compreender os vários aspectos da realidade brasileira diante da sua diversidade, ajudando-nos a pensar como essas categorias interseccionam-se e impactam na vida das pessoas. Em outras palavras, é possível pensar em bem-estar social sem pensar nesses fatores que ainda funcionam como ferramentas de manutenção da desigualdade?

Conforme Maldonato-Torres (2007), no Terceiro Mundo, algumas populações racialmente marcadas tendem a enfrentar a pobreza e a miséria com mais regularidade e profundidade. Esses grupos não foram inferiorizados por serem pobres, todavia foram empobrecidos por serem considerados naturalmente inferiores. Isso não significa que não existam brancos pobres, porém supõe que este grupo teria mais oportunidades de lutar contra a pobreza por serem considerados adequados a ascender socialmente, visto que alguns humanos são vistos com menos possibilidades de ser do que outros, à medida que a ontologia colonial presume a homogeneidade do ser e, desse modo, as relações de exploração e dominação foram reforçando-se mutuamente. São as vidas invisíveis, os segregados, nessa lógica de pensamento, existem aqueles que são destinados para o trabalho, às péssimas condições de qualidade de vida



e aqueles destinados a usufruir de direitos e privilégios, tudo isso naturalizado pelo pensamento colonial.

O processo de colonização do Brasil causou impactos violentos e deixou marcas profundas na sociedade brasileira. Lima que presenciou o período de transição do Império para a República, inquietou-se com os costumes e hábitos de uma sociedade segregacionista e preconceituosa, desvelando a atuação interseccionada dos sistemas opressivos. A literatura de Lima Barreto propõe olhar com outras lentes para o que foi imposto pela colonialidade, a fim de sair dos binarismos, dos estereótipos e estigmas presentes na cultura brasileira. Lançar luz sobre a ação interseccionada desses marcadores de exclusão, ajuda-nos a reconhecer como um determinado grupo de pessoas podem se tornar mais vulneráveis a diferentes formas de preconceitos. Conforme Collins; Bilge (2022), a interseccionalidade ressalta esses aspectos da experiência individual que aparecem nas interações sociais.

A análise interseccional lança luz sobre os efeitos diferenciais das políticas públicas na produção de desigualdade econômica entre pessoas de cor, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes. No entanto, o foco da interseccionalidade na vida das pessoas oferece espaço para análises alternativas desses mesmos fenômenos que não derivam das visões de mundo das elites acadêmicas ou do funcionalismo público. Pessoas negras, mulheres, pobres, LGBTQs, minorias étnicas e religiosas, povos indígenas e pessoas oriundas de castas e grupos considerados inferiores nunca desfrutaram dos benefícios da cidadania plena e, conseqüentemente, têm menos a perder e mais a ganhar.

(COLLINS ; BILGE, 2022, p.38)

De forma explícita e irônica, o escritor mestiço carioca lançou luz a problemas seculares do país., sob o viés de uma análise interseccional, no sentido em que já trazia as questões de raça, gênero, população periférica etc., e como essas questões se atravessam e se interseccionam mutuamente.

No romance Clara dos Anjos, o autor nos mostra como a articulação desses fatores pode impactar na vida dos sujeitos, isto é, quanto mais marcadores o sujeito tiver, mais sofrerá discriminações. Através da protagonista Clara dos Anjos, mulher, negra, pobre e periférica, o escritor nos mostra como a coexistência desses diversos fatores interferem e impactam de forma mais contundente na violação de direitos de determinados grupos. Explicitando essas questões, Lima desvela as diversas formas de opressão que coexistem na sociedade, dando visibilidade às múltiplas formas de existir, de estar no mundo, sem reduzir a um modelo unificador, homogêneo de ser humano, desconstruindo conceitos opressivos naturalizados na sociedade.

Ambientado no subúrbio carioca, o romance Clara dos Anjos, denuncia como a intersecção de cor, gênero, classe social e território está diretamente relacionada à desigualdade .

social. Vale lembrar que a personagem Clara, mestiça, periférica e pobre; filha de dois mestiços, Joaquim e Margarida, um carteiro e uma dona-de-casa, apresenta um perfil diferente do normalmente abordado nos romances naturalistas, Clara dos Anjos não tem o estereótipo da “mulata sensual e sedutora” como a Rita Baiana do romance *O Cortiço*. Nos termos de Carmo e Rodrigues (2021), essa hipersexualização da mulher negra relaciona-se também com a impossibilidade de vínculos amorosos mais sérios, vista apenas como corpos, sendo não desejável para um relacionamento oficial. Clara é uma menina pacata, caseira, que é seduzida e abandonada grávida por Cassi Jones, homem branco e sedutor, já conhecido pela sua fama no subúrbio da cidade. Depois de ser insultada pela mãe de Cassi Jones, algo se desvela para Clara, toma consciência da subjugação de direitos da sociedade, trazendo o narrador a seguinte reflexão:

Agora é que tinha a noção exata da sua situação na sociedade. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, ouvir os desaforos da mãe do seu algoz, para se convencer de que ela não era uma moça como as outras; era muito menos no conceito de todos. Bem fazia adivinhar isso, seu padrinho! Coitado!... A educação que recebera, de mimos e vigilâncias, era errônea. Ela devia ter aprendido da boca de seus pais que a sua honestidade de moça e de mulher tinha todos por inimigos, mas isto ao vivo, com exemplos, claramente... O bonde vinha cheio. Olhos todos aqueles homens e mulheres... Não haveria um talvez, entre toda aquela gente de ambos os sexos, que não fosse indiferente á sua desgraça... Ora, uma mulatinha, filha de um carteiro! O que era preciso, tanto a ela como às suas iguais, era educar o caráter, revestir-se de vontade, como possuía essa varonil dona Margarida, para se defender de Cassis e semelhantes, e bater-se contra todos os que se opusessem, por este ou aquele modo, contra a elevação dela, social e moralmente. Nada a fazia inferior às outras, senão o conceito geral e a covardia com que elas o admitiam... Chegaram em casa; Joaquim ainda tinha vindo. Dona Margarida relatou a entrevista, por entre o choro e os soluços da filha e da mãe. Num dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com um grande acento de desespero:

- Mamãe! Mamãe!
- Que é minha filha?
- Nós não somos nada nesta vida. “

(BARRETO, 2012, p.294)

Clara representa a fragilidade de ser mulher, principalmente de uma mulher negra em uma sociedade marcada pelo racismo e pelo preconceito. Lima Barreto explicita os contrassensos de uma sociedade hierarquizada, onde apenas um tom um pouco mais claro da pele poderia trazer uma diferenciação em relação aos de peles mais escuras. O autor explorou de forma singular o colorismo<sup>9</sup> do povo brasileiro.

A gente pobre é difícil de se suportar mutuamente; por qualquer ninharia, encontrando ponto de honra, brigando, especialmente as mulheres. O estado de irritabilidade, provindo das constantes dificuldades por que passam, a incapacidade de encontrar fora do seu habitual campo de visão motivo para explicar o seu mal-estar, fazem-nas descarregar as suas queixas, em forma de desaforos

<sup>9</sup> O colorismo remete ao preconceito que consiste na discriminação pela tonalidade da cor da pele. Nessa acepção, o tom mais claro da pele poderia trazer uma diferenciação em relação aos negros de pele mais escura.

velados, nas vizinhas com que antipatizam por lhes parecer mais felizes. Todas elas se têm na mais alta conta, provindas da mais alta prosápia; mas são pobríssimas e necessitadas. Uma diferença accidental de cor é causa para que possa se julgar superior à vizinha; o fato do marido desta ganhar mais do que o daquela é outro. Um “belchior de mesquinhas açula-lhes a vaidade e alimenta-lhes o despeito.

Em geral, essas brigas duram pouco. Lá vem uma moléstia num dos pequenos desta e logo aquela a socorre com seus vidros de homeopatia.

(BARRETO, 2012, p.185)

Nesse trecho, Lima traz a própria rivalidade que existe entre os menos afortunados, o colorismo brasileiro que ter um tom de pele um pouco mais claro já traz a suposição de uma superioridade em relação ao de pele mais escura. Entretanto, ressalta que, apesar dessas rivalidades, são capazes de se ajudarem quando uma moléstia abate. Sem Políticas Públicas de saúde que atenda a todos, é necessário que contem uns com os outros e com os saberes subjugados para dar conta da cura de muitas moléstias.

Em *Cemitério dos Vivos* e *Diário do hospício*, Lima traz esses marcadores na pele do homem negro, pobre e alienado, se autorreferenciando como pária social. Ao trazer os negros, os periféricos e os considerados loucos para o cenário literário, Lima explicita os modelos de pensamentos eurocêntricos naturalizados que colocava a cultura europeia e o branco europeu acima das outras culturas e das outras raças. Desse modo, o autor tentou desconstruir também a ideia de uma literatura neutra, trazendo aqueles que foram marginalizados socialmente pelos modelos hegemônicos de pensamento da época, contribuindo para desnaturalizar discursos considerados naturais através de processos históricos. Lima trouxe outras perspectivas de contar a história, problematizou o eurocentrismo presente nas ciências, nas artes, na medicina, combatendo os padrões coloniais impostos desde a colonização.

A versão tradicional da História e da constituição da identidade do sujeito moderno ensinou a todos nós que houve uma Grécia Clássica que originou uma Roma, que entrou em decadência e originou uma Idade Média, que em algum momento flexibilizou-se e originou um Renascimento, abrindo as portas para a Modernidade. Tudo isso tendo como cenário o espaço europeu, centro irradiador de racionalidade e democracia para o mundo. Estamos de tal modo familiarizados com esse discurso que o tomamos como natural, pois o eurocentrismo firmou-se, ao longo de uma série de processos históricos, como paradigma dominante nas mais diversas esferas da vida humana e nos mais diversos pontos do globo. (ALVES & DELMONDEZ, 2015, p.654)

### **3.2 O signo da decolonialidade na escrita de Lima Barreto**

Os estudos de Quijano, Enrique Dussel e Walter D Mignolo, integrantes do Grupo Modernidade/Colonialidade, formado no final da década de 1990, propuseram vários debates sobre o violento processo de colonização da América Latina. Ideias cristalizadas, violências naturalizadas foram desconstruídas a partir dos estudos sobre a Colonialidade.

A colonialidade do poder é um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de “raça”. Essa ideia e a classificação social e baseada nela (ou “racista”) foram originadas há 500 anos junto com América, Europa e o

capitalismo. São a mais profunda e perdurável expressão da dominação colonial e foram impostas sobre toda a população do planeta no curso da expansão do colonialismo europeu. Desde então, no atual padrão mundial de poder, impregnam todas e cada uma das áreas de existência social e constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, e são, por isso mesmo, a base intersubjetiva mais universal de dominação política do atual padrão de poder. (QUIJANO, 2002, p.4)

De acordo com Carvalhaes (2019), a lógica eurocêntrica do controle paralisa e atrofia a produção de conhecimento. Partindo desse princípio, a decolonialidade vem propor deglutir o que foi imposto pela colonialidade para ver o que ver o nos serve, com o objetivo de desabilitar os binarismos e a hierarquia de saberes. Vale ressaltar que não é uma inversão de hierarquias, mas a exclusão destas, a fim de que a pluralidade das singularidades humanas seja respeitada.

O pensamento decolonial propõe uma mudança de paradigmas que sustentam modelos de opressão até hoje vigentes em nossa sociedade. A decolonialidade propõe romper com determinados modos de pensar e com a ideia de certezas naturalizadas de modos de ser e de estar no mundo, tais modelos produzem sujeitos subalternizados, aprisionados a uma verdade única e universal que não dá conta dos diversos modos de existir de um povo multiétnico e multicultural como o povo brasileiro.

Conforme Paim (2016), a decolonização busca restaurar as vozes, as identidades, as experiências que foram subjugadas, apagadas, pautando-se numa epistemologia que seja abrangente a todos saberes, a todas as culturas, sem exclusão, sem hierarquização, sem subjugação, mas lutar contra o modo de monocultura do saber. A decolonialidade luta para que o mundo seja de todos e para todos, para a possibilidade das coletividades, reabilitando saberes ocultados historicamente, respeitando a pluralidade das singularidades humanas luta pela exclusão da hierarquia e não pela inversão.

Conforme Alves e Delmondez (2015), a dominação cultural colocava sujeitos que não se encaixavam no ideal de ser humano estabelecido pela modernidade em um lugar de inferioridade, roubando-lhes sua própria subjetividade. Estereotipados como primitivos, ignorantes, tábula rasa, pária social, foram inferiorizados e isso se refletiu em sua constituição identitária, visto que não ser branco, modelo ideal de homem partindo da concepção da colonialidade, delegava-lhes um lugar de subalternização.

Por que então essa gente continua a me querer contínuo, por quê?  
Porque... o que é verdade na raça branca, não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo. Entretanto, não me agasto, minha vida será sempre cheia desse desgosto e ele far-me-á grande.” (BARRETO, 20, p. 475)

Essa dominação cultural subjugou e apagou os saberes dos povos originários e africanos, e essa postura eurocêntrica fomenta o pensamento de que há um modelo ideal de humano. Consoante Alves e Delmondez (2015), esse humano ideal, o branco europeu, é o detentor da razão e por isso merece se impor, mesmo de forma violenta, sobre aqueles que não correspondem a esse modelo. Para vidas colonizadas, gestadas na violência colonial, o mundo não é um local de acolhimento, suas existências são rejeitadas, subjugadas.

Trazer autores como Lima Barreto para se pensar nos brasis existentes no Brasil é importante para desconstruir estruturas de significação em que o modelo europeu e/ou americano é tido como o correto, como se houvesse apenas um único modo de ser e de viver em um mundo plural. Subjugar, hierarquizar e apagar culturas são crimes praticados ao longo da história por colonizadores na busca de impor um modelo ideal e universal de humano. Lima Barreto abriu um novo modo de pensar, desvinculando-se dos padrões estabelecidos, é nesse sentido que podemos dizer que sua narrativa apresenta o signo da decolonialidade. Conforme Mignolo (2017), o decolonial abre um novo modo de pensar que se desvincula dos paradigmas construídos pela colonialidade, um novo que não se apresenta como verdadeiro a fim de superar os previamente existentes. Na concepção de Mignolo, desprender-se é habitar a fronteira, isto é, não aceitar as opções que lhe brindam, percebendo a ficção que foi criada para que acreditasse na sua inferioridade. Como diz a música “Encruzilhada” do grupo baiano Opanijé<sup>10</sup>:

Acharam que nos derrotaram, que tinham todos na mão  
 Pensaram que nos derrubaram, que não ia ter reação.  
 Mentiram dizendo que a gente não tinha história ou passado  
 Feriram nossa identidade falando que a gente cultua o diabo  
 Serviram nossa autoestima na bandeja aos porcos  
 E riram dizendo que nossos deuses estavam mortos  
 Cortaram nossa raiz desde cedo,  
 Arrancaram nosso cordão umbilical,  
 Fizeram o povo todo ter medo,  
 Nos deram uma condição marginal,  
 Mas chega!  
 Ser oprimido não tem poesia como você pensa  
 Ideia neonazista que se alastra feito doença  
 Pensaram que a gente iria assistir calado na defensiva  
 Enquanto vocês transformam mães-pretas em mortas-vivas  
 Sem vida! entregando o próprio destino na mão de estranhos  
 Que só se preocupam com o poder e seu próprio ganho  
 Se lenharam!  
 Nem todos se rendem a qualquer esperto  
 Pensaram que eu tava sozinho, mas não, tô bem coberto (...)

Lima Barreto despreendeu-se dos modelos prontos, criticou a importação de modos de pensar estrangeiros em detrimento da cultura local, trazendo outras perspectivas de contar a

<sup>10</sup> Opanijé (Organização Popular Africana Negros Invertendo o Jogo Excludente). Grupo baiano que abre caminhos para o Rap de Salvador, mesclando às inúmeras possibilidades musicais do Rap com outros ritmos da cultura negra e da ancestralidade africana.

história. Em sua obra, a interseccionalidade e o pensamento decolonial se entrecruzam. Percebe-se uma prática decolonial em Lima Barreto pelo seu próprio modo de escrever, rompendo com os padrões rígidos da gramática normativa, pelas suas críticas, reflexões e denúncias. Lima não naturalizou as formas de opressão existentes em nossa sociedade, o autor, através de seus escritos e suas observações, desvelou o preconceito e o racismo sofridos por aqueles que tinham a cor da pele como um marcador de exclusão. A estética barretiana aproxima-se do signo da decolonialidade na medida em que denuncia um sistema de opressão e desvela outros saberes, saindo da normatização dos saberes. Neste contexto, podemos entender a decolonialidade como práticas e pensamentos que confrontam o pensamento colonial, o qual produz uma relação de hierarquia entre raças, gêneros, classe social etc., invisibilizando culturas e saberes.

Embora tenhamos alcançado alguns avanços na garantia de direitos humanos, uma sociedade que foi estruturada na violência e onde se acreditou na falácia da democracia racial, ainda temos um longo caminho a percorrer para desconstruir/destruir as velhas sedimentações (culturais, políticas e sociais) de base coloniais que perpetuam sistemas opressores e segregadores.

Nesse sentido, no tocante à psicologia, como já foi visto, sair das dicotomias é essencial para se pensar a doença mental. Dessa forma, no campo da ciência psicológica, é importante observar discursos científicos que norteiam as ações e práticas da psicologia, para que esta não seja mais um dispositivo de reforço de ideias preconceituosas e opressivas. É necessário ter cuidado com a pressa, como disse Lima Barreto. Conforme Veiga (2019), a psicologia brasileira exclui e deixa de dar tratamento adequado a 54% da população do país ao limitar-se às conceituações brancas e europeias sobre saúde mental e sofrimento psíquico. A subjugação da população negra tem grande impacto na construção da sua autoestima e no seu modo de ver e lidar com o mundo. O sistema colonial e a escravidão produziram efeitos devastadores na população brasileira de origem africana. Num mundo embranquecido, a negritude é defeito. Portanto, revisitar autores negros, como Lima Barreto por exemplo, possibilita-nos não somente a ver o mundo fora da lente da branquitude, mas também dar escuta a grupos que foram subalternizados, a fim de desfazer a lógica colonial do opressor x oprimido. De acordo com Santos (2021), é necessário atentar para a importância de uma psicologia plural e que contemple a diversidade das experiências humanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se que o presente trabalho não tem a pretensão de trazer respostas, mas objetiva-se, além de abrir um espaço de diálogo para reflexão, buscar novos modos de pensar que auxiliem na elaboração e implementação de políticas públicas que garantam uma melhor qualidade de vida e dignidade humana para todos os indivíduos, respeitando a diversidade e a realidade do povo brasileiro. Para tanto, é necessário dar escuta aos atores sociais para os quais essas políticas são direcionadas, a fim de que sejam implementadas políticas mais próximas das realidades dos indivíduos, além de considerar os fatores interseccionais que impactam nas relações sociais.

Lima é o antiacadêmico, anticonvencional, o visionário, o revolucionário, o subversivo. Sua prática de escrita transcendia os limites impostos chegando a provocar um mal-estar na sociedade devido às denúncias que fazia. Em sua época, Lima, através de suas narrativas e seus personagens deu voz àqueles que viviam na invisibilidade, porém não teve escuta, sendo sua obra rejeitada nos meios acadêmicos.

O escritor salientou em seus textos a imprescindibilidade de um novo olhar sobre os modelos impostos, a fim de romper com a memória de submissão colonial e desconstruir a visão etnocentrista da cultura europeia, ressaltando a importância de um olhar mais atento e sensível sobre a existência humana, de modo que seja possível construir políticas de bem-estar social que possam garantir a todos o direito de viver com dignidade, respeitando os modos plurais da existência.

Sua obra torna-se também de grande importância nos estudos do campo da saúde mental e das políticas públicas, visto que, além de ser um observador crítico dos costumes de sua época, esteve internado duas vezes no hospital de alienados do Rio de Janeiro deixando-nos um rico material de pesquisa no campo da saúde mental. Sua obra adverte para a necessidade de desnaturalizar metodologias construídas ao longo do tempo que subjugam e hierarquizam povos colonizados e aqueles considerados “párias sociais”. Ainda hoje no Brasil vivemos em um momento em que vemos a briga por mantermos a garantia por direitos fundamentais. Ainda se pressupõe que políticas públicas devam ser de assistência, construídas de forma hierarquizada e não em diálogo com os diversos atores sociais envolvidos no processo. Muitas vezes, as políticas sociais são impostas sem adequação e sem dar escuta aos atores sociais aos quais elas se destinam, como se essas pessoas não fossem capazes de saber das suas próprias necessidades, fazendo parecer que a implementação de políticas públicas é um favor do colonizador para o colonizado e não um direito todos sem exceção. Nesse cenário, é imprescindível o amplo debate

para implementação de políticas públicas que auxiliem na construção de um país com menos desigualdades.

Lima Barreto com sua obra ficcional e com sua experiência de vida nos chama atenção para a pressa, para os rótulos que aprisionam o ser nas determinações do impessoal, além de denunciar como eram tratados aqueles que eram considerados “loucos” no Brasil. Sem pretensão clínica, a arte pode auxiliar-nos a refletir sobre os paradigmas de uma época e de uma sociedade. A literatura, por ser a arte da palavra, é um dos elos entre o indivíduo e a sociedade, visto que consolida padrões de comportamentos vigentes em determinadas épocas. Ao recriar a realidade através da palavra, a literatura fornece subsídios para refletir sobre as circunstâncias da vida. Através dela, entramos em contato com diversas concepções de mundo. Pensar numa clínica em diálogo com a literatura, é pensar numa clínica que resgata o caráter sensível da existência, acompanhando o outro no próprio fluxo da existência e não a partir de modelos já estabelecidos, seja pelo senso comum ou pela ciência.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. Contributions of decolonial thought to political psychology. **Rev. psicol. polít.** São Paulo, v. 15, n. 34, p. 647-661, dez. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 19 jan. 2023.

AMARANTE, P. **Loucura e transformação social**: autobiografia da reforma psiquiátrica no Brasil. São Paulo: Zagodoni; 2021

\_\_\_\_\_. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

ASSIS, M. de. **Esau e Jacó**. São Paulo: Globo, 1997.

AUGUSTO, M. H. O. Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo social**, v.1. n.2, pp:105-119 USP, S. Paulo, 1989.

BARBOSA, F. de A. **A vida de Lima Barreto**: 1881-1992. 11 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BARRETO, A. H.L. **O cemitério dos vivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

\_\_\_\_\_. **Diário Íntimo**. In: \_\_\_\_\_. Lima Barreto: obra reunida 1881-1922. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2021. p.449-675.

\_\_\_\_\_. **Como o ‘homem’ chegou**. In: \_\_\_\_\_. *Contos reunidos*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Garnier, 1990. p. 178-94, 1990.

\_\_\_\_\_. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Princípios, 2021.

\_\_\_\_\_. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1981.

\_\_\_\_\_. *Clara dos Anjos*. 1 ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

BARROS, J. P. F. As implicações do crime de racismo no Brasil. **Racismo**: A batalha histórica contra o preconceito, São Paulo, n. 5, p. 53-55, 2014.

BERNARDES, J. de S. “Pressupostos – História” In Jacques, Graça Correa *et al.* **Psicologia Social Contemporânea**. 12 ed. Petrópolis, Vozes: 2009.

CÂNDIDO, A. O direito à literatura. In: Cândido, Antônio. **Vários escritos**. (3 ed.). São Paulo: Duas Cidades, p. 169-191. 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/>. Acesso em: maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CAPONI, S. Degeneración y eugenesia em la historia de la siquiatria brasileña: Renato Kehl y los heredo-degenerados. *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*, v.25, p.159- 178, ago. 2018.

CARVALHAES, F. F. Clínica extramuros: decolonizando a Psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 19, n. 216, p. 03-13, 4 jul. 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane de Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

DIAS, R. M. S. **Lima Barreto: uma máquina de guerra na cidade do Rio de Janeiro**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2013.

DO CARMO, N. A.; RODRIGUES, O. da S. Minha carne não me define: a hipersexualização da mulher negra no Brasil. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 19, n. 40 set/dez, 2021. DOI: 10.52521/19.5274. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/5274>. Acesso em: 06 mar. 2024.

DUTRA, Elza. Afinal, o que significa o social nas práticas clínicas fenomenológico-existenciais? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 224–237, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/10739>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FEIJOO, A. M. L. C. de. **Existência & Psicoterapia**: da psicologia sem objeto ao saber-fazer na clínica psicológica existencial. 1.ed. Rio de Janeiro: Ifen, 2017.

FOUCAULT, M. **História da loucura**: na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1972.

GOMES, L. **Escravidão**: da independência do Brasil à Lei Áurea. 1ª ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022.

HIDALGO, L. A loucura e a urgência da escrita. **Estudos Neolatinos** [online]. 2008, v. 10, n. 2, p.227-242. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-106X2008000200005>

LEITÃO, L. R. **Lima Barreto**: o rebelde imprescindível. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LIMA BARRETO: O NEGRO É A COR MAIS CORTANTE: A vida e a morte de Lima Barreto. [Locução de]: Beatriz Resende e Gabriel Chagas. S.l.: Rádio Batuta, 31 out. 2022. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4aANGOJSdXTrvpMZxsU0o6?si=rm6GR800RNu8C3XbDJJZ6g>. Acesso em: 10 jan. 2023.

LIMA, Fernanda da Silva; JEREMIAS, Jéssica Domiciano Cardoso; FERRAZZO, Débora. Como gênero e raça estruturam o sistema prisional: Diálogos com Angela Davis sobre racismo e sexismo no controle punitivo brasileiro / How gender and race structure the prison system: dialogues with Angela Davis about racism and sexism in Brazilian punitive control. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/66960>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MALDONADO-TORRES, N. Del mito de la democracia racial a la descolonización del poder, del ser, y del conocer. [Partes de este ensayo fueron presentadas en la] Conferencia internacional “**Reparaciones y descolonización del conocimiento**”, en Salvador, Brazil, el 25 y 26 de mayo del 2007.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Artes & ensaios. **Revista do ppgav/UFRJ**, pp.123-150, 2016.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, n. 1 v. 1, pp. 12-32, 2017.

PAIM, Elison. Para além das leis: o ensino de culturas e histórias africanas, afrodescendentes e indígenas como decolonização do ensino de História. In: MOLINA, Ana Heliosa; FERREIRA, Carlos Augusto Lima. **Entre textos e contextos**. Curitiba: Editora CRV: 2016.

PASSONE, Eric Ferdinando Kanai e PEREZ, José Roberto Rus. Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 33, n.3, pp. 612-629, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300008>

QUEIROZ, C. Lima Barreto como intérprete do Brasil pós-abolição. **revistapesquisa.fapesp.br**, p.82-86, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. **Revista Novos Rumos**, [S. l.], n. 37, 2002. DOI: 10.36311/0102-5864.17.n37.2192. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/2192>. Acesso em: 29 jun. 2023.

RESENDE, B. Lima Barreto e a República. **Revista USP**, [S. l.], n. 3, p. 89-94, 1989. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i3p89-94. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/65409>. Acesso em: 21 maio. 2023.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Psicologia Brasileira e Políticas Públicas: Capturas e Resistências. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online], v. 42, n. spe, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262850>

SANTOS, Gustavo Alvarenga Oliveira. O Existir na Pele Preta: contribuições de Fanon para a Psicologia Existencial. **Phenomenology, Humanities and Sciences**, v. 2, n. 2, p. 256-264, 22 jun. 2022.

SILVA, Laura Belluzzo de Campos. A psicologia na saúde: entre a clínica e a política. **Revista do Departamento de Psicologia. UFF** [online]. v. 17, n. 1, p. 79-92, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-80232005000100006>

SILVA, L. B.; Benelli, S.J. **O psicólogo nas políticas públicas sociais**: possibilidades e desafios na atuação. São Paulo: transversal v. 17, p.1-15, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: triste visionário. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas cidades, 1981.

SOUZA, V. S. DE. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 42, p. 93–115, 28 fev. 2022.

VEIGA, L. M. Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.31, p.244, 4 set. 2019.

Intersetorialidade. (2010, prefeitura do Rio: <http://www.saude.rio.rj.gov.br/e/web/templates/htm/v2/view.htm>. Acesso em: 10 jan 2011).